

# convergência

DEZ — 1981 — ANO XVI — Nº 148



- **VOCAÇÕES: IMPASSE OU DESAFIO?**  
Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ — página 590
- **A VIDA RELIGIOSA NO LIMIAR DO ANO 2.000 (I)**  
Pe. João Batista Libânio, SJ — página 603
- **EVANGELIZAÇÃO, MISSÃO DO RELIGIOSO NA ESCOLA**  
Pe. Lauro Palú, CM — página 617



**CONVERGÊNCIA**  
Revista da Conferência  
dos Religiosos do Brasil

**Diretor-Responsável:**  
Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

**Redator-Responsável:**  
Padre Marcos de Lima

**Direção, Redação, Administração:**  
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar  
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

---

**Assinaturas para 1981:**

Brasil, taxa única (via  
terrestre ou aérea) ..... Cr\$ 790,00  
Exterior: marítima ..... US\$ 17,00  
              aérea ..... US\$ 25,00  
Número avulso ..... Cr\$ 79,00

---

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

---

**Composição:** Linolivre S/C Ltda., Rua  
Correia Vasques, 25 — loja. 20211 Rio de  
Janeiro, RJ.

**Fotocomposição:** Estúdio VM — Com-  
posições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75,  
s. 202. 20940 Rio de Janeiro, RJ.

**Impressão:** Oficinas Gráficas da Editora  
Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — 25600  
Petrópolis — RJ.

---

**Nossa Capa**

O homem é um animal simbólico. Conhece também pelos **SINAIS**. Pelo sinal que vê, descobre o que não vê. Um SINAL indiferente, neutro, apático, ambíguo (como nossa capa) não diz nada a ninguém. Não significa. Não visibiliza nem pressupõe nem se vincula ao lastro de realidades que escapam à percepção sensorial. Sem critério teórico de configuração mental, o SINAL é vazio de conteúdo real. Destituído também da marca básica de referência com realidades imateriais, não tem elã e deixa a gente perplexo. Um contra-senso: SINAL que não sinaliza. Exatamente, o que Você, Religioso e Religiosa, não pode ser. Cada qual tem o seu projeto e o seu caminho. Cada caminho tem o seu

grau e o seu grão de inteligibilidade. Cabe a cada um escolher aquela mediação, que julga mais adequada, para traduzir, pela simples presença, o que leva em si de mais imponderável e típico: SER O SINAL de que Deus está agindo. Para perceber este mistério dos SINAIS e ver, assim, por dentro, exigem-se comunicação recíproca e amor mútuo. O que Você e Convergência tentam realizar nestes anos todos com relação à Vida Religiosa. Em 1981, sua revista **CONVERGÊNCIA**, a **Revista dos Religiosos do Brasil**, que vive a serviço de arraigadas convicções, vai ser um estímulo para que Você não ceda ao conformismo e perca de vista o reino do faz-de-conta de quem não dedicou ainda atenção perceptível à força proveniente da afinidade essencial entre as coisas mais transcendentais e o seu simbolismo. E se confirme: **SER SINAL** fundamentalmente inteligível pelo que Você é, pelo seu modo específico de ser. Como ao ser segue o agir, suas ações e Você mesmo, haverão de ser sinais transparentes. Mãos à obra.

---

Registro na Divisão de Censura e Diversões  
Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-  
P.209/73.

---

## SUMÁRIO

---

**EDITORIAL** ..... 577

**INFORME DA CRB** ..... 579

**VOCAÇÕES:**

**IMPASSE OU DESAFIO?**

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ 590

**A VIDA RELIGIOSA**

**NO LIMAR DO ANO 2.000 (I)**

Pe. João Batista Libânio, SJ ..... 603

**EVANGELIZAÇÃO, MISSÃO  
DO RELIGIOSO NA ESCOLA**

Pe. Lauro Palú, CM ..... 617

**O DEFICIENTE FÍSICO**

**TAMBÉM É NOSSO IRMÃO**

Pe. Pedro Dalle Nogare, SJ ..... 628

**ÍNDICE ALFABÉTICO**

**POR AUTOR, ANO 1981**

Ir. Yolanda Nascimento, MJC ..... 635



# EDITORIAL

**CONVERGÊNCIA** de dezembro vai chegar às mãos dos Leitores bem no coração do Advento, quando o povo cristão aguarda a vinda de seu Senhor e Libertador, o Cristo Jesus.

Mas o Advento não significa só **aguardar** como comumente se interpreta. A palavra "Advento" é a tradução do termo grego "parusia" que significa "presença", ou, mais exatamente ainda, "chegada", isto é, a presença iniciada. Por isto, o Advento nos lembra duas coisas: primeiro, que a presença de Deus no mundo já começou, que Ele já está presente na nossa história, com suas vicissitudes, lutas, ambigüidades e esperanças. Segundo, que sua presença precisamente só começou, ainda não está consumada e deve crescer, se expandir, chegar à plenitude.

Esta presença iniciada de Deus na história dos homens, no Verbo que se faz carne, deve continuar e crescer através da presença de todos aqueles que, através dos tempos, se fazem seguidores do Verbo. Quando na noite de Natal, que o Advento prepara, ressoarem uma e outra vez as palavras "hoje nasceu o Cristo", é preciso fazer despertar de novo em nossa consciência cristã a convicção de que, por meio de nós, o começo de Belém quer e deve tornar-se um começo permanente; que o Natal

**"hoje"** realmente torna a acontecer sempre que o homem permite à luz que está nele romper através de seu egoísmo para irradiar amor, bondade, justiça, libertação.

Este abrir-se do homem a seu irmão, este irradiar fraternidade, mais além de todas as barreiras que o próprio homem constrói na sua ambição e no seu pecado é o que permite perceber Deus do lado de cá das nossas fronteiras, visibilizar a salvação que nos chega de Belém, presencializar o REINO que o Natal inaugura.

Nesta ótica, o Advento e o Natal cobram todo seu sentido cristão. Não são apenas a agitação comercial febril de uma sociedade consumista, nem só o romantismo de um idílio comovedor de família, passageiro e sem maiores implicações para a vida pessoal e social do cristão. Significam e realizam uma transformação das coisas que abrange o céu e a terra.

Deus não está mais separado de nós na sua transcendência intocável. Ele passou a fronteira para ser um de nós. Mas isto coloca para o cristão a tremenda exigência de saber encontrá-lo ali onde Ele está: na arena da história, onde se travam as grandes lutas pela justiça, pela igualdade fundamental dos homens,



pela fraternidade, pela libertação. Uma contemplação do mistério de Belém que esquecesse os outros homens e as agruras de sua realidade concreta, também estaria esquecendo o Deus que tomou a face humana.

Celebrar o Advento e o Natal significa, portanto, aceitar uma ordem de coisas diferente daquela que o pecado do homem estabeleceu, e empenhar-se para que esta nova ordem aconteça de fato na história dos homens construindo a paz na justiça e na fraternidade. É este o Natal que **CONVERGÊNCIA** deseja aos seus Leitores e nele a certeza de que juntos buscamos a construção do Reino.

O ciclo de artigos publicados neste ano em torno do tema da **formação** para a Vida Religiosa — tema central de **Convergência** em 1981 — se conclui com um estudo de grande atualidade e interesse, do **Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ**, "Vocações: impasse ou desafio?" O artigo é fruto da observação atenta do autor daquilo que vem acontecendo nos últimos anos em termos de vocações no Brasil, e de sua reflexão aprofundada sobre o assunto. Interroga, questiona, faz advertências importantes, abre perspectivas e, sobretudo chama a atenção dos Leitores para o aspecto fundamental da problemática em questão.

**Pe. João Batista Libânio, SJ**, no seu artigo "A Vida Religiosa no limiar do ano 2000", apresen-

ta uma sólida reflexão sobre a encíclica de João Paulo II "Redentor do Homem" e a conjuntura histórica que a motivou: a próxima ocorrência do segundo milênio do mistério da encarnação do Verbo, no ano 2000, destacando as incidências do fato sobre a Vida Religiosa. O ambiente de Natal deste fim de ano é uma ocasião propícia para os religiosos refletirem e rezarem sobre o conteúdo desta encíclica e as questões que ela coloca aos cristãos e, mais especificamente, à Vida Religiosa hoje.

"Evangelização, missão do religioso na escola" foi o tema do segundo Seminário Nacional de Educação promovido pela CRB e a AEC e do qual o **Pe. Lauro Palú, CM**, nos dá uma notícia pormenorizada, destacando os aspectos mais discutidos e aprofundados durante o Seminário.

O ano de 1981 foi proclamado pela ONU o ano internacional do deficiente físico. O artigo do **Pe. Pedro Dalle Nogare, SJ**, "O deficiente físico também é nosso irmão", quer chamar a atenção dos religiosos para um problema grave da nossa sociedade: a presença de deficiente físico nesta sociedade, seus direitos, seus deveres, seus anseios. O artigo ajuda a tomar consciência da problemática e, sobretudo, a pensar no que ela implica em termos de evangelização e engajamento cristão para todos aqueles que se preocupam com o bem do irmão.

**Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI**



# INFORME

## CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

---

### **XI ENCONTRO NACIONAL DAS SUPERIORAS GERAIS BRASILEIRAS**

Olinda/PE, 21 a 26 de agosto de 1981

O XI Encontro das Madres Gerais Brasileiras realizou-se em Olinda/PE, de 21 a 26 de agosto de 1981. O CENTRO DE TREINAMENTO (antigo Seminário de Olinda) acolheu as 53 participantes, representando 45 Congregações provenientes de 13 Estados do Brasil.

Estavam presentes: Missionárias do Bom Jesus, Missionárias de Nossa Senhora das Dores, Servas da Sagrada Família, Franciscanas Filhas da Divina Providência, Irmãs de Jesus da Sma. Eucaristia, Filhas de Santa Tereza de Jesus, Fraternidade Esperança, Missionárias de N. Sra. de Fátima do Brasil, Franciscanas de Nossa Sra. Aparecida, Missionárias de Santa Terezinha, Filhas de N. Sra. das Graças, Franciscanas de Ação Pastoral, Franciscanas de N. Sra. do Bom Conselho, Mensageiras do Amor Divino, Beneficência Popular, Mensageiras de Santa Maria, Irmãzinhas da Imaculada Conceição, Irmãs Auxiliares de N. Sra. da Piedade, Missionárias Carmelitas, Franciscanas do Coração Imaculado de Maria, Filhas do Coração Imaculado de Maria, Medianeiras da Paz, Franciscanas de N. Sra. do Amparo, Franciscanas do Apostolado Paroquial, Santos Anjos, Irmãs de Sta. Zita, Filhas de Maria Servas da Caridade, Nossa Senhora da Glória, Mercedárias Missionárias do Brasil, Irmãs Servas do Senhor, Missionárias do Coração Eucarís-

tico de Jesus, Inst. Josefinos, Catequistas Franciscanas, Missionárias Capuchinhas, Missionárias de Jesus Crucificado, Franciscanas da SSma. Trindade, Irmãs do Imaculado Coração de Maria, Missionárias Reparadoras do Coração de Jesus, Congregação de Santa Terezinha, Leigas de N. Sra. Rainha dos Corações, Jesus Adolescente, Voluntárias de Cristo Rei, Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, Religiosas do Sagrado Coração de Jesus, Congregação de N. Sra. dos Humildes.

O programa desenvolveu-se da seguinte maneira:

Às 20:00 horas do dia 21, no Salão do Centro de Treinamento, deu-se a abertura do Encontro, com a presença do Ir. Silvino Fritzen, Diretor Nacional; da Irmã Vilani R. de Oliveira, Secretária Executiva Nacional; do Pe. Antônio Possamai, Presidente Regional da CRB, Recife; da Irmã Piedade dos Santos, Secretária Executiva Regional. Pe. Antônio Possamai deu as boas vindas aos participantes, ressaltando a importância da Missão que desempenham na Igreja do Brasil, como Superiores Gerais de Congregações nascidas em nosso país e a relevância do próprio Encontro, com momentos de reflexão, de troca de experiências e busca conjunta de novos caminhos, mais condizentes com a con-



juntura atual. Expressou a satisfação da Regional do Recife por acolher tão significativo grupo durante os dias do Encontro e lhes desejou muito êxito.

O primeiro dia foi de ESPIRITUALIDADE e esteve a cargo do Irmão Silvino que abordou alguns temas como: A oração na vida dos religiosos; a presença na comunidade, etc. Às 18:00 horas deste mesmo dia, Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, brindou as Madres Gerais com seu testemunho manifestando sua alegria de falar a pessoas consagradas.

No dia seguinte foi abordado o Tema da Formação da Consciência Crítica, orientado pela Irmã Maria Carmelita de Freitas, FI. Na manhã do dia 25 foram fornecidos às participantes esclarecimentos de natureza Jurídico-Canônica pelo Pe. Décio Batista Teixeira, SDB, Presidente Nacional da CRB.

À tarde, as Madres Gerais tiveram a oportunidade de um contato com 5 favelas (áreas de invasão) a fim de tomarem conhecimento do trabalho das Religiosas naquele local.

O último dia foi destinado à avaliação e conclusões. Percebeu-se que houve uma constante na linha da Formação a partir da opção preferencial pelos pobres, assim como um desejo de maior conhecimento da realidade da Igreja no Brasil.

## **A — CONCLUSÕES**

1 — Assumir em nível de Congregação, uma revisão em termos de: Experiência de Deus, Vida Fraterna, Missão, Formação e Governo.

2 — Estudo da História da Igreja no Brasil.

## **B — SÍNTESE DA AVALIAÇÃO**

### **1 — CONTEÚDO DO ENCONTRO**

Muito bom e rico o conteúdo de Consciência Crítica, ótima fundamentação

teórica e adequada transmissão, com as devidas aplicações que forneceram quadros de referências, dando pistas para a almejada mudança social. Os esclarecimentos de natureza Jurídico-Canônica foram abordados com segurança e clareza. O dia de Espiritualidade foi denso e substancial.

## **2 — DINÂMICA**

Centrada na pessoa com uma visão sociológica satisfatória às necessidades da assembléia.

## **3 — PARTICIPAÇÃO — INTEGRAÇÃO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS**

Muito significativa. Constatou-se um grande crescimento e foi patente o desejo de uma maior caminhada nesta linha. Foram de grande importância os trabalhos de grupo. De modo geral, verificou-se no grupo: abertura, simplicidade, comprometimento e interesse.

## **4 — EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO**

Funcionou muito bem. Incansável, oportunizou a participação de todas as encontristas. Foi visível a disponibilidade, interesse em acertar, ajustar o que era possível à realidade.

## **5 — SUGESTÕES**

— Ampliar o tempo dedicado ao entrosamento e troca de experiências.

— Que o próximo Encontro seja de 6 dias completos.

— Que se estenda o Convite às Conselheiras Gerais.

— Faça parte da programação um dia para as Superiores Gerais apresentarem suas experiências.

— Que todas as participantes assumam o Encontro como algo próprio e se leve mais a sério o estudo preparatório indicado pela CRB/Nacional a fim de facilitar a assimilação e aplicação dos temas.



— Que haja uma revisão do Compromisso assumido no Encontro anterior.

— Que o dia de Espiritualidade seja colocado no meio da programação e na linha da Realidade das Congrega-

ções a fim de favorecer a partilha e a integração.

— Que toda a Equipe da UISG ajude na animação do Encontro assim como na sua preparação prévia.

## **INFORME CNBB/CRB**

Publicamos na CONVERGÊNCIA de setembro de 81 uma informação sobre a III reunião conjunta da Presidência da CNBB e Diretoria Nacional da CRB. Durante essa reunião tratou-se do documento da Sagrada Congregação do Clero: "Normas diretivas para a colaboração das Igrejas particulares entre si e especialmente para a melhor distribuição do clero no mundo". Entre as decisões desta reunião consta a de enviar a vários Dicastérios romanos um dossiê completo sobre o trabalho realizado conjuntamente pelas duas Conferências na linha do referido documento. O dossiê foi entregue pessoalmente a algumas das Sagradas Congregações romanas, pelo Pe. Décio Batista Teixeira, Presidente Nacional, na sua última viagem a Roma. A Sagrada Congregação para os Bispos enviou a D. Ivo Lorscheiter, Presidente da CNBB, a carta de agradecimento, que transcrevemos a seguir.

Roma, 22 de junho de 1981

Caríssimo Dom José Ivo:

Recebi a prezada carta de 7 de maio passado, junto à qual Vossa Excelência me enviava as conclusões do estudo

realizado pelo grupo de peritos encarregados conjuntamente pela CNBB e pela CRB sobre o recente documento emanado pela Sagrada Congregação do Clero — "Normas diretivas para a colaboração das Igrejas particulares entre si e especialmente para a melhor distribuição do clero no mundo — em vista da sua aplicação à Igreja no Brasil".

Apreciel muito o trabalho elaborado pelos especialistas desta comissão mista, que certamente Vossa Excelência enviou também ao Dicastério competente, trabalho esse que apresenta com grande clareza, precisão e concisão a situação real de cada igreja particular no Brasil. Mais ainda lhe manifesto o meu apreço e satisfação, verificando que algumas das iniciativas recomendadas por tal documento, já de há muito se vêm praticando no Brasil, como a da ajuda das Igrejas Irmãs.

Muito grato por esta sua colaboração, creia-me o amigo de sempre e muito dedicado em Cristo.

**Cardeal Sebastiano Baggio,**  
Prefeito da Sagrada Congregação  
para os Bispos

## **REFLEXÃO CRISTÃ SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA**

O Conselho Permanente da CNBB, reunido em Brasília, de 25 a 29 de agosto, p.p., divulgou uma importante nota intitulada: "Reflexão cristã sobre a conjuntura política" que julgamos interes-

sante transcrever na íntegra, para conhecimento dos religiosos que não tiveram acesso a ela através da imprensa. Transcrevemos igualmente o comunicado da Presidência e da Comissão Epis-



copal de Pastoral, emitido no dia 24 de setembro e que estranhamente não foi divulgado por alguns dos principais órgãos de imprensa.

## **Introdução**

1. No atual momento, a sociedade brasileira em transformação, apresenta desafios peculiares na ordem política, bem como na área econômica e na área social. As desigualdades sociais e regionais constituem uma realidade particularmente triste, em uma nação com aspirações e recursos que poderiam permitir uma sociedade mais justa. Tal situação não pode durar indefinidamente, pois constitui um escândalo para as consciências e uma ameaça constante à paz interna. Ela não é casual mas fruto de uma opção deliberada em favor de um determinado modelo de desenvolvimento. Hoje a garantia de maior flexibilidade política, dá margem a esperanças de uma mudança também das opções econômicas e do alto preço social de nosso desenvolvimento. É sob este ângulo que o Conselho Permanente da CNBB considera ser de seu dever pastoral dizer uma palavra e convidar a todos para uma reflexão cristã sobre a conjuntura política.

## **Missão da Igreja**

2. A missão da Igreja é evangelizadora e de natureza eminentemente pastoral. Tal missão, entretanto, de nenhum modo a conduz a se omitir a respeito de problemas sócio-políticos do país, na medida mesma em que estes problemas sempre apresentam uma relevante dimensão ética. Esta dimensão avulta no presente momento e na atual etapa do processo de abertura política.

3. Entre os valores éticos que estão em jogo, neste momento, preocupam de modo especial a responsabilidade pastoral da Igreja, os valores da liberdade

e da justiça, da verdade e da honestidade, e, fundamentalmente, o valor da participação, sem a qual as mais generosas intenções não passaram nunca e continuariam a não passar de meras declarações retóricas ou de artifícios demagógicos.

4. A abertura política, a instauração e consolidação de novas instituições democráticas processa-se hoje no Brasil dentro de condições políticas muito particulares e de difíceis condições sócio-econômicas. Esse processo de democratização interessa profunda e diretamente à Igreja. A democracia, com efeito, como forma legítima de ordenação política da sociedade, é um dos requisitos indeclináveis da liberdade e da dignidade humana, defendidas pela ética cristã.

5. A Igreja não tem ambições nem pretensões político-partidárias. Ela sabe que sua palavra encontra hoje grande ressonância no povo, mas, pela natureza essencialmente religiosa de sua missão. Ela não tem nenhuma intenção de prevalecer-se da força de sua palavra para a promoção política de seus líderes nem para a defesa de interesses ou privilégios. Por isso mesmo, ela não concorda com a militância político-partidária de membros do clero e de religiosos.

6. A Igreja não é intérprete de aspirações partidárias nem mediadora de facções políticas. Isto não significa porém que Ela seja apolítica. Ela sabe que um pretenso apoliticismo significa, na prática, uma atitude política de anuência tácita a uma determinada configuração do poder político, qualquer que ele seja.

7. A Igreja não aceita pois a opinião dos que pretendem reduzir sua missão à formulação de princípios atemporais. Pelo contrário, ela acompanha os homens no concreto das situações da vida individual e social, para explicitar as exigências do Reino de Deus nas con-



dições particulares, em cada momento e em cada lugar. Ela lhes revela que a adesão a Cristo exige atitudes de conversão, de abertura e de diálogo, exige mudanças no comportamento de pessoas e grupos, que se dizem cristãos, mas que toleram situações de pecado e injustiça incompatíveis com a consciência cristã.

**8.** A Igreja participa assim ativamente do atual momento brasileiro, como uma das instâncias não partidárias que defendem os requisitos éticos da nação brasileira, procurando estimular a todos os que aceitam, de alguma maneira, o Evangelho e o cristianismo e a todos os homens de boa vontade, para que sigam retamente e sem desfalecimento na direção da plena restauração da democracia.

**9.** A sua responsabilidade consiste em recordar os valores que estão em jogo, a dimensão ética das decisões políticas, o futuro do homem, de milhões de homens concretos que se vai decidir. Os cidadãos, os grupos, os partidos, tanto os que participam do governo como os que militam na oposição, devem olhar para horizontes mais amplos do que o dos interesses imediatos. De outro modo, as mais hábeis fórmulas, as mais complexas definições, não poderão trazer a paz nem a verdadeira ordem política, nem a resposta às aspirações de todos os cidadãos.

### **Dificuldades sócio-econômicas**

**10.** As decisões políticas que todos esperam, as mudanças que delas devem decorrer, poderão influir no futuro da nação durante muitos anos. Por isso mesmo todos querem acertar. Todos percebem que as decisões que vão ser tomadas podem influir poderosamente na escolha da sociedade que o Brasil viverá durante as próximas gerações. As decisões atuais podem reforçar de-

terminado modelo sócio-econômico ou podem inclinar o país para um novo modelo; podem ampliar ou restringir o âmbito das liberdades políticas, podem consolidar uma situação que favoreça as minorias privilegiadas ou permitir a implantação de uma nova ordem que promova o bem de todos.

**11.** A redemocratização brasileira se defronta, com efeito, por um lado, com a resistência de minorias inconformadas em perder seu poder de arbítrio. Por outro lado, alega-se que a plena instauração das liberdades democráticas possa dificultar uma austera gestão das difíceis condições sócio-econômicas do país.

**12.** A história, sem dúvida, mostra exemplos de formas insensatas de exercício das liberdades em que, proposições demagógicas induziram maiorias populares a opções ruins para a sociedade. Mas o que a história certamente registra é a inerente irresponsabilidade de todos os despotismos e a quase inevitável corrupção de todas as formas de governo não submetidas ao controle dos governados.

**13.** Se é verdade que, em anos recentes, fatores externos tiveram decisiva influência no agravamento de nossa situação sócio-econômica, não é menos certo que, nesses mesmos anos, opções autoritárias conduziram o país a políticas econômicas pelas quais o povo paga hoje um alto preço social.

**14.** Acentuou-se, nestes últimos anos, uma orientação da economia para prioridades favorecedoras das classes de altos rendimentos, inclusive mediante formas requintadas de corrupção e de suborno, em direta oposição aos interesses do povo. Um modelo concentrador de rendas e estimulador de um consumismo sofisticado, em contraste com as carências básicas da população, levou-nos à situação de sermos hoje um



dos países com mais alta taxa de desigualdade entre os grupos de maior e menor renda. O Papa João Paulo II parecia aludir a esta situação, quando disse, na favela do Vidigal: "Fazei tudo a fim de que desapareça, ao menos gradativamente, aquele abismo que separa os excessivamente ricos, pouco numerosos, das grandes multidões dos pobres, daqueles que vivem na miséria, daqueles que vivem nas favelas. Fazei tudo para que este abismo não aumente mas diminua, para que se tenda à igualdade social" (nº 22).

## **O compromisso político**

15. Comporta o regime democrático diversas alternativas regulatórias do sistema de representação popular e do processo eleitoral, dentre os quais podem os partidos exercer suas preferências. Tais alternativas, entretanto, serão legítimas na medida em que viabilizarem a efetiva participação política de todo povo, a liberdade dos indivíduos e das organizações intermediárias da sociedade e assegurem o mesmo peso ao voto de cada cidadão.

16. Todos os casuísmos orientados para favorecer minorias e impor restrições artificiosas, que deformam a genuinidade da vontade popular, são anti-democráticas e, como tais, inaceitáveis. Afetam essa genuidade todas as pressões ostensivas ou ocultas, que constroem o direito das pessoas de se filiarem livremente a um partido e de votarem na certeza do respeito ao resultado das urnas. Tais pressões, como as retaliações, difamações, compra de votos, melhoramentos paliativos com fins eleitoreiros, perseguições e ameaças de demissão, afetariam a legitimidade do pleito e são eticamente inadmissíveis.

17. O Governo do Brasil assumiu o compromisso de plena instauração da democracia. Enfrentando a resistência de reduzidos mais poderosos grupos ex-

tremistas, sua autoridade se reforça pelo acatamento do povo brasileiro, para persistir na tarefa de redemocratização do país. Compete assim a esta autoridade reservar-se o monopólio do controle da força do Estado e não tolerar que grupos particulares exerçam ações violentas por conta própria, para defender opções e interesses políticos particulares sobre os destinos da nação.

18. A Igreja não favorece a nenhum partido em especial. Ela está profundamente comprometida com a instauração e consolidação da democracia, e como tal denunciará todas as formas de regulamentação eleitoral que distorçam a autenticidade da representação popular, sejam quais forem seus beneficiários. Neste espírito, o Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil dá seu apoio aos esforços das dioceses e dos Regionais, que se empenham na formação da consciência política do povo e o ajudam numa reflexão cristã sobre seu compromisso político. Com esta atitude, ela não endossa opções partidárias, mas procura contribuir para uma participação cada vez maior do povo na condução do processo político, condição indispensável para a realização do bem comum.

## **Democracia política e democracia social**

19. A democracia, hoje objeto de consenso nacional, em países como o Brasil, marcados por estas formas inaceitáveis de iniquidade social, não consiste apenas na preservação das liberdades políticas. Consiste também num processo de incorporação das grandes massas a formas superiores de educação e de capacitação, a um melhor nível de vida e à plena participação nas decisões públicas. A democracia política é uma forma e um pré-requisito, cujo conteúdo e destinação é a democracia social. Assim, mais importante que a tecnicidade



nizado será capaz de reunir-se ostensivamente e discutir seus destinos de modo racional. Ao contrário, uma massa desorganizada e insatisfeita corre os maiores riscos de explosões irracionais e violentas, induzidas por qualquer aventureiro. Por isso, apoiar a organização do povo, e não mantê-la sob suspeitas, é decisivo para preservar a racionalidade do encaminhamento pacífico das mudanças que se impõem.

**24.** O imperativo, ético e político, de nosso encaminhamento para uma democracia social, apresenta duas dimensões. Na dimensão dos fins, impõe-se uma transformação estrutural que propicie uma verdadeira recuperação do desenvolvimento social a ser adotado como objetivo nacional da mais alta prioridade. Na dimensão dos meios, impõe-se o requisito da razoabilidade, fixando-se metas viáveis e adotando-se procedimentos praticamente eficazes em vez de ideologicamente sedutores. Dessa radicalidade de propósitos e moderação de meios depende o êxito da complexa mas inadiável tarefa: compatibilizar nosso desenvolvimento político e econômico, com nosso desenvolvimento social, fazendo daquele um instrumento para a realização deste.

### **Apelo à nação**

**25.** A Igreja do Brasil, através de seus órgãos competentes já se pronunciou em outras ocasiões, sobre graves problemas que angustiam a consciência cristã. Em outubro de 1976, fez uma "Comunicação ao povo de Deus", denunciando os sofrimentos causados por uma repressão incontrolada; em fevereiro de 1977, falou sobre as "Exigências cristãs de uma ordem política", exigências a que hoje se procura atender com o processo de abertura; em setembro de 1979, propôs "Subsídios para uma política social"; em fevereiro de 1980, alertou para os sérios problemas

da posse e uso do solo rural, no documento "Igrejas e problemas da terra". Hoje, no contexto da abertura política, volta a pronunciar-se fazendo um apelo no sentido de que seja aproveitada a oportunidade para dar a essa abertura as dimensões que atendam às grandes aspirações da nação.

**26.** Nas épocas de mudança, como a das eleições que se aproximam, quando os equilíbrios de forças sociais e políticas são susceptíveis de transformações bruscas, aparecem duas tentações correlatas. Por um lado, certas pessoas e grupos que se sentiam frustrados ou marginalizados dos centros do poder, podem achar que estão em condições favoráveis para conquistar vantagens ou satisfazer a interesses particulares. Por outro lado, pessoas e grupos mais imediatamente ligados aos centros de poder, temem perder certas vantagens às quais estavam acostumados a ponto de já não mais percebê-las como privilégios e sim como quase direitos. Tornam-se então mais agudos os interesses particulares. Esta é a hora em que todos devem deixar de visar ao que podem ganhar ou perder, para considerar o verdadeiro interesse seu e de todos que é o bem de toda a nação.

**27.** A criação de espaços de liberdade para o diálogo franco, leal, desarmado de preconceitos, ainda é o melhor caminho para somar esforços melhor que o confronto que divide a nação naquelas facções decididas a fazer valer seus próprios interesses numa tensão crescente de efeitos incontroláveis devida ao risco das radicalizações.

**28.** As radicalizações se exacerbam pela presunção da perversidade que bloqueia o diálogo. O que é presumido perversidade, de fato se reduz a uma visão ideológica da situação, pela qual cada instância em confronto é levada a identificar, mesmo inconscientemente, os seus próprios interesses com os in-



teresses da nação. Não é ético presumir **a priori** que esse mecanismo de ideologização seja intencional e perverso. É indispensável, neste momento, desarmar os espíritos e os protagonistas, desativar quaisquer intenções de retaliação, com uma atitude de humildade e de conversão necessária a todos, inclusive à Igreja.

29. A superação dos riscos que ameaçam a presente conjuntura depende de decisões imediatas e viáveis que devem ser tomadas com urgência. No campo político, a garantia definitiva de que

será acelta a vontade popular nas eleições; no campo ético, o pacto de não revanchismo que não exclui a reparação de direitos imprescritíveis no campo social, a solução do problema do desemprego, a contenção do êxodo rural, a superação do iminente colapso do sistema da Previdência Social, ameaçando a destinação a seu próprio bem estar da única poupança de que dispõem as classes trabalhadoras, problemas todos que podem constituir fatores de grave instabilidade, capaz de comprometer o processo de redemocratização que o Brasil espera e merece.

## **COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA E DA COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL DA CNBB SOBRE CONFLITOS DE TERRA**

1. "Em certos países em vias de desenvolvimento, há milhões de homens que se vêem obrigados a cultivar as terras de outros e que são explorados pelos latifundiários, sem esperança de alguma vez poderem chegar à posse nem sequer de um pedaço mínimo de terra como sua propriedade... Longas jornadas de duro trabalho físico são pagas miseravelmente. Terras cultiváveis são deixadas ao abandono pelos proprietários; títulos legais para a posse de um pequeno pedaço de terra, cultivado por conta própria há anos, são preteridos ou ficam sem defesa diante da 'fome da terra' de indivíduos ou de grupos mais potentes" (Carta Encíclica "Laborem Exercens" de 14 de setembro de 1981, do Papa Paulo II, nº 21).

2. À luz desse texto pontifício, a preocupação dos Bispos do Brasil com as questões da terra, manifestada em 1980, no documento "Igreja e Problemas da Terra", talvez seja, agora, mais compreendida em sua justiça e atualidade.

3. Em virtude da orientação oficial da Conferência dos Bispos contida no do-

cumento "Igreja e Problemas da Terra", orientação que é a mesma do Santo Padre João Paulo II, muitos leigos, religiosos, sacerdotes e bispos, sem distinção de nacionalidade, estão se comprometendo com os posseiros na luta por seus direitos, considerando ser isso um trabalho de Igreja.

4. Ultimamente, aparecem, de Norte a Sul do país, acusações falsas contra elementos da Igreja como se fossem os promotores de invasão de terras. Procura-se desta forma descarregar na Igreja e em seus ministros a responsabilidade por um estado de coisas que é fruto de uma estrutura fundiária injusta e da ganância de grandes empresas, favorecidas pelos incentivos fiscais. Há uma grande diferença entre comprometer-se com os posseiros e incitá-los à violência.

5. A CNBB sempre repudiou o ódio e os processos violentos e não os estimula. Por isso recusa qualquer responsabilidade em fatos dessa natureza. As comunidades da Igreja partem de uma perspectiva evangélica cuja tônica é o



amor fraterno e a justiça. Mas ao investigar certas situações de conflito em grande número de Estados da Federação, não se pode deixar de compreender que os posseiros atacados injustamente por pistoleiros e jagunços, e sem a devida proteção dos órgãos oficiais, recorram ao direito de legítima defesa. Lamentamos profundamente todos os mortos, vítimas desses conflitos. Desejamos, porém, que se dê igual importância tanto à morte de um preposto de empresa quanto à de humildes posseiros.

6. De inícios de 1977 a julho de 1981, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) Nacional registrou 916 conflitos por questões de terras, envolvendo 251.891 famílias, com 1.972.989 pessoas. No mesmo período verificaram-se 45 assassinatos de trabalhadores rurais e agentes de pastoral, incluídos três advogados. Ao que consta, apesar de conhecidos nomes, datas e lugares de todos esses crimes, nenhum deles foi apurado de forma conclusiva. Todos esses dados estão à disposição dos interessados.

7. Ainda neste mês, Dom Pascácio Rettler, Bispo de Bacabal, no Maranhão, apresentou ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, vasto dossier sobre conflitos de terras em sua diocese. O que impressiona é o fato de que vários desses conflitos somente não se encontram resolvidos por descumprimento da legislação vigente, conforme amplamente documentado no referido dossier. Aliás, diversos dossiers semelhantes, nos últimos anos, foram encaminhados ao Ministério da Justiça pela Secretaria Geral da CNBB.

8. Conforme dados que são de nosso conhecimento, os Padres Aristides Camio e Francisco Gouriou apenas cumpriram seu dever de orientar o povo na defesa de seus direitos. Cartas antigas dos mesmos sacerdotes, cujos originais

estão em nosso poder, comprovam que, de longa data, eles vinham alertando as autoridades locais, por visitas e por escrito, sobre a difícil situação dos posseiros e o perigo de conflitos armados. O Bispo de Conceição do Araguaia, Dom José Patrício Hanrahan, com sua reconhecida objetividade e sua responsabilidade de Bispo e de Presidente do Regional Norte II da CNBB, testemunha que as acusações contra os padres não têm cabimento porque estavam apenas executando a Pastoral da Terra. Todos os Bispos do Regional Norte II (Estado do Pará e Território do Amapá) se solidarizaram com Dom Patrício.

9. Por essas razões protestamos contra o tratamento a que os mesmos padres foram submetidos, com cerceamento de defesa e de visitas, sem falar nas irregularidades da instrução policial e no caráter reservado do processo movido contra eles.

10. A Igreja rejeita a posição dos que afirmam aceitar sua doutrina, mas atacam os cristãos que se empenham na luta pela justiça. Bispos, padres ou agentes de pastoral, fiéis às exigências da doutrina cristã, quando assumem a defesa dos pobres e oprimidos, são implacavelmente acusados de ideologias anti-cristãs.

11. A CNBB apela para que se tomem medidas urgentes a fim de solucionar o problema dos posseiros e dos "sem terra". É injustificável que, em um país de tanta terra como o Brasil, não sobre terra para os lavradores que dela necessitam para sustentar a si e suas famílias e produzir os alimentos de que o país precisa, enquanto imensas glebas não cultivadas se acumulam em poucas e poderosas mãos.

12. A solução de tão graves problemas, em vista de uma paz duradoura que todos nós almejamos, só será possível por meio de decisões corajosas e



eficazes que corrijam as atuais política e estrutura agrárias. Recentemente, no documento "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política", o Conselho Permanente da CNBB, insistiu em que o povo tem o direito inalienável de participar realmente dessas decisões, através dos corpos sociais intermediários e organismos de classe. No cumprimento de sua missão pastoral de educar a consciência cristã no campo da política é que várias Igrejas locais vêm colaborando e difundindo subsídios apropriados, que ajudem o povo no exercício de seu direito e dever de participação política.

13. "Alguém que reflete sobre a realidade da América Latina, tal como se apresenta na hora atual, é levado a concordar com a afirmação de que a realização da justiça neste continente está diante de um claro dilema: ou se faz através de reformas profundas e corajosas, segundo princípios que exprimem a supremacia da dignidade humana, ou se faz — mas sem resultado duradouro e sem benefício para o homem, disto estou convencido — pelas forças da violência" (Discurso de João Paulo II, em Salvador, BA, a 7 de julho de 1980, aos construtores da sociedade pluralista de hoje).

---

### **Qual a melhor forma de atuação do Religioso na Igreja?**

O que distingue a vocação do religioso é sua profissão pública reconhecida e legitimada e valorizada pela Igreja, de querer viver plena e radicalmente o projeto evangélico, de modo coerente e como primeiro objetivo de sua vida. Só isto dá razão de ser à vida religiosa na Igreja. Como vê, a vida religiosa não se identifica pela sua ação, *pelos seus modos de fazer*, pelas características de sua atuação. Ela se identifica pela índole qualitativa de sua presença. Pode-se, pois, afirmar que, de certo modo, estiveram e estão abertas aos religiosos todas as formas de atuação da Igreja no mundo, desde que mantida esta índole fundamental de querer atingir pela vida a realização plena e radical do seguimento de Jesus Cristo, o todo do projeto evangélico. Ao longo dos tempos, foi efetivamente múltipla e diversificada a atividade dos religiosos na Igreja.

A vocação religiosa não pertence à estrutura hierárquica da Igreja. Ela se distingue muito mais por um elemento interior de coerência de vida do que por uma organicidade exterior de dinâmica de ação. Ela traduz na Igreja uma presença liminar de caráter carismático. Tentar estruturar a vocação religiosa tanto que ela perca o respiro carismático que continuamente a liberta, privará a Igreja de uma válida possibilidade de renovação e conversão. Tentar exacerbar a dimensão profética pode conduzir à ruptura.

Questões como esta, Você encontra expostas da forma mais transparente e lógica em OS RELIGIOSOS: VOCAÇÃO E MISSÃO. UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL, do Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ, já em terceira edição ampliada e melhorada. A partir de janeiro de 1982, Você encontra na CRB Nacional e na sua CRB Regional.



# VOCAÇÕES:

## IMPASSE OU DESAFIO?

*Somos confrontados hoje com perguntas de difícil resposta. Não tenho pretensões nem condições de dar resposta a tantas perguntas. O importante é não iludir as questões centrais e tratá-las com serenidade e liberdade interior numa atitude profunda de fé e confiança no Senhor.*

**Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ**  
Rio de Janeiro, RJ

Após vários anos de redução drástica no número de vocações ou, pelo menos, no seu acesso aos centros de formação, registra-se agora uma retomada, um pouco por toda parte. Alguns seminários diocesanos voltaram às marcas dos anos 50 ou até as superaram. Congregações religiosas vivem também o reflorecer de noviciados.

Desejaria refletir com o leitor sobre alguns aspectos de observação ou perplexidade, que tenho visto surgir em reuniões e encontros de vários níveis: provinciais, de formadores ou de jovens religiosos/as.

### **Uma resposta relativa**

O presente incremento vocacional poderia gerar uma expectativa falaz, se nele se visse resposta adequada à necessidade proporcional de sacerdotes e religiosos no Brasil. Esta falsa esperança só se explicaria se a análise fosse limitada a esta única variável: o número de vocações hoje, comparado à escassez

dos anos 60 e 70. É claro que uma avaliação a partir deste dado exclusivo estaria trabalhando com uma dimensão importante. Mas, esta seria de todo insuficiente para uma justa apreciação global do problema.

Segundo o censo de 1980, a população do Brasil supera de pouco os 119 milhões de habitantes a uma taxa de crescimento que oscila entre 2,3 e 2,7%. Se, para efeito de cálculo, operamos com a cifra redonda de 120 milhões e com o índice médio de 2,5%, temos um acréscimo anual de 3 milhões de novas vidas brasileiras. Descontado o percentual de mortalidade sob qualquer título (infantil, natural, acidental e violenta), há um resíduo de acréscimo anual que gira em torno de 2 milhões. Neste quadro demográfico, afigura-se já extremamente difícil manter uma proporção conveniente de sacerdote ou religioso por habitantes e até mesmo por habitantes católicos.



Mas estes dados são ainda agravados por **dois aspectos complementares**: um, de cunho **geográfico-demográfico** e outro, de caráter **histórico**.

O **primeiro**, tem uma dupla face paradoxal. Por um lado, as imensas distâncias, sobretudo do nosso interior, limitam o alcance da presença sacerdotal quantitativa (presença rara e intermitente) e qualitativamente (presença de pessoas heróicas, mas quase sempre sobrecarregadas, desgastadas, envelhecidas, cansadas e sem condições de um reabastecimento restaurador). Por outro lado, o considerável aumento das áreas metropolitanas, resultado do êxodo rural ou do aquecimento imobiliário, concentra nas áreas restritas das grandes cidades populações **imensas**, heterogêneas, que alteram radicalmente as previsões que presidiram às criações dos limites paroquiais.

E existe ainda a componente **histórica**. Em diversas fases de sua vida nacional, o Brasil foi afetado na formação de seus quadros sacerdotais e religiosos. Este fenômeno começa pela expulsão dos Jesuítas, em 1758. Eles eram então no país uma presença forte, ao longo de boa parte do território utilizado e com incidência sobre dois fatores multiplicadores: a educação do povo e a formação do clero. Embora trabalhassem no Brasil outras Ordens e Congregações, na faixa missionária e pastoral propriamente dita, houve uma baixa significativa no processo de evangelização, sobretudo nas duas áreas, a da educação e a da formação do clero. Este lapso protraiu-se por quase um século, até o advento

das Congregações jovens do século 19, sobretudo femininas, e a vinda dos Lazaristas, combinada com a criação ou restabelecimento de alguns seminários diocesanos.

A República incipiente também dificultou ou simplesmente impediu a criação de noviciados religiosos no Brasil. Bloqueou, assim, a retomada do incremento religioso que começara a desenhar-se após hiato secular.

Neste meio tempo, porém, fêz-se forte a pressão demográfica. O Brasil, que entrou neste século com 18 milhões de habitantes, iria contar com cerca de 40, no censo de 1940, 60 no de 1950, 80 no censo de 1960, 100 no de 1970 e 120 no censo de 1980. Em cada 10 anos, pois, aumentamos, em números redondos, em cerca de 20 milhões de pessoas.

Em termos, porém, de incidência vocacional, aquelas lacunas históricas foram factualmente irreparáveis. Há, portanto, uma defasagem de raízes fundas que é de todo irrecuperável quantitativamente e que continua sendo agravada, como mencionamos, ao sublinhar a componente geográfica-demográfica.

O advento das imigrações de italianos, alemães e poloneses para o sul do país, trazendo consigo seus próprios sacerdotes, no último quarto do século 19 e nos inícios deste, iria ser um dado alvicense, perceptível anos depois na posição sadia do clero religioso e secular nos Estados do sul. Em termos globais de país, porém, este fator está longe de ter equilibrado a situação.



Esta, por sua vez, se viu de novo abalada, agora por razões intrínsecas à própria Igreja, com a notória sangria vocacional que se produziu nas décadas de 60 e 70, em conexão com os processos de reajustamento eclesial que se seguiram ao Concílio Vaticano II.

Este rápido vôo sobre alguns fatos conexos com o problema vocacional no Brasil poderia ser ainda completado com um breve aceno à **política vocacional** que predominou até há poucas décadas em algumas Congregações Religiosas masculinas e femininas. Havia em muitas, por um lado, o preconceito da inadequação dos brasileiros aos requisitos e exigências da vida religiosa, quer no que ela tem de estrutural, quer nas modalidades assumidas em matrizes européias e transplantadas como imperativas para este país. Além de uma formação inteiramente vazada em moldes culturais estranhos à nação, iniciada, às vezes prematuramente, fora daqui, havia a resistência tácita à vocação da terra. No caso do sul do Brasil, verificou-se, por algum tempo, uma restrição quase que só às confiáveis etnias de imediata extração européia.

Este aspecto encontrou por outra via a sua réplica nas imensas extensões da Amazônia e de outros pontos do Brasil. A possibilidade, até à década de 60, de um fluxo constante e regular de missionários de regiões férteis, como Itália, Espanha e Estados Unidos e as frágeis condições das populações autóctonas, em termos de sua aptidão física, social e cultural, para a vida sacerdotal e consagrada, levaram muitas dioceses (prelazias) e congregações

à monocultura religiosa: o bispo, os sacerdotes e as religiosas de um determinado território eram supridos pela mesma congregação e a partir de um mesmo país. Talvez não houvesse, de fato, outra solução. Não se pretende aqui avaliar o dado, mas apenas registrá-lo em função do tema que nos ocupa. Registro, de resto, que se não pode fazer, sem um voto de admiração e de gratidão, pois que a presença destes homens e mulheres consagrados a Deus e ao povo brasileiro foi selada pela oblação de muitas vidas, esquecidas do conforto de seus países, e embrenhadas em regiões inóspitas, presas fáceis de endemias tropicais, vividas, não raro, em silenciosa solidão espiritual e afetiva. No momento, porém, em que, já na década de 60 e mais na de 70, reduziu-se o reabastecimento de seus quadros a partir das regiões de origem, em consequência da baixa, também nelas, do índice vocacional, estas igrejas, prelazias ou jurisdições religiosas, encontraram-se num plano inclinado de irreversível declínio numérico.

### **“Intermezzo” nacional.**

Neste meio tempo e sobretudo a partir do divisor de águas que foram os anos 30 e da crescente industrialização do país no pós-segunda guerra mundial, o país não só se expandiu demograficamente. Por meio de projetos vários — que de novo não cabe aqui apreciar, mas apenas mencionar — o Brasil conheceu um processo acelerado de ocupação de espaços, através principalmente de quatro fatores:

— a implantação do plano rodoviário nacional de 1950 a 1970;



- a construção de Brasília e a conseqüente movimentação do Centro-Oeste e do Centro-Norte;
- os projetos de infra-estrutura, principalmente os de mineração e/ou siderurgia, — catalizando populações em cidades novas do tipo de Volta Redonda ou das do Vale do Aço em Minas (Monlevade, Acesita, Itabira, Coronel Fabriciano e Ipatinga) — e alguns portos, como Vitória, Tubarão e Paranaguá; macro-síntese de ambos, aí vêm vindo Carajás e Itaqui.
- as grandes ondas agro-pecuárias, a do café, improvisando um novo Paraná, a da soja e a do arroz, fluindo do Rio Grande do Sul e espraiando-se pelo Mato Grosso, do sul para o norte, e também a do gado, em escala industrial, ocupando espaços sem conta.

Todos estes filões se revelaram traumáticos em termos de erradicação de populações locais, de movimentação migratória por todo o país e de um desequilíbrio social e institucional de longo alcance.

Esta fase de inovação anárquica e incontrollável, 1940-1980, coincidiu com o surgimento e/ou incremento de **dois fatores** religiosos e sociais de grande repercussão para o problema que tratamos. O **primeiro**, muito acentuado nas regiões urbanas sobretudo litorâneas, é a explosão do **espiritismo**, sob suas diversas formas, ganhando progressivamente também o interior, através sobretudo da vinculação cultural afro-brasileira, potenciada pela música popular, pelo teatro, pela literatura, tudo posto ao alcance de todos

pelos canais de comunicação social. O **segundo** fator foi a implantação e disseminação das **seitas**, de proveniência diversa, predominantemente americana. Com uma rede capilar, elas lançaram logo raízes locais ao longo das novas fronteiras que se rasgavam no país, com as estradas ou com as cidades novas, criadas pelos projetos industriais ou energéticos e as que surgiam na esteira de Brasília, ou pontilhavam as periferias urbanas das grandes cidades.

Estes dois impactos — espiritismo e seitas — incidiram principalmente sobre populações de mais baixa renda e de escasso nível educacional, pelo menos num primeiro momento. Nas décadas de 50 a 80, produziu-se paralelamente, nas classes de maior poder aquisitivo e de acesso mais direto à educação, um fenômeno de **secularismo** exacerbado e de esvaziamento religioso, de contestação consciente aos paradigmas de transmissão de conteúdos e orientações religiosos, sobretudo em questões ético-morais e/ou de culto. Este fator incidiu fortemente na diminuta mas multiplicadora camada de nível universitário e na implantação de uma rede tentacular de televisão, alienante e acrítica, que se tornou rapidamente um poderoso fator de relativização ético-religiosa.

### “Intermezzo” eclesial.

Se esbatemos contra este fundo sócio-cultural e religioso a concomitância histórica da conjuntura católica, vemos que o problema das vocações não só emerge grave pela sua vertente quantitativa, quanto se complica ainda mais pelo seu lado qualitativo. O Brasil passara de



uma sociedade considerada quase monoliticamente católica para uma sociedade cada vez mais consciente e atuante em seu pluralismo religioso.

Nesta fase de 1940 a 1980, a Igreja Católica viveu, também internamente, grandes transformações. Antes do Vaticano II, vale ressaltar a criação da Ação Católica e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A primeira dinamizou um laicato de valor, principalmente entre a classe média, com a presença, muito significativa ainda, da JOC, no meio operário. Não há negar, porém, que houve aqui mais intensidade do que extensão, porque, em proporção, a atividade intra-eclesial da Ação Católica não incidiu como um macrofator sobre o todo do tecido social brasileiro.

Comparada às conferências de outros países, a CNBB tornou-se muito cedo aqui e já antes do Concílio, elemento de coordenação e catalização das unidades diocesanas, espalhadas por um vasto território, não raro inexpressivas e impotentes, na sua individualidade solitária.

Isto preparou no Brasil a profunda modificação da Igreja trazida com o Vaticano II e concretizada na América Latina e no Brasil, no sulco de Medellín e de Puebla. O que mais distingue esta fase é a mudança de **lugar social** da Igreja. Ela se aproxima do povo, conhece-lhe a realidade e dela faz ponto de partida de sua ação evangelizadora, vindo a consagrar esta atitude em Puebla, na opção consciente e preferencial pela esmagadora maioria deste povo, que é de pobres.

A situação de injustiça estrutural da organização social de nossos países, o endurecimento da inspiração política de segurança nacional e a concepção econômica dominante ou exclusiva de seus modelos, atuaram como fatores a um tempo de conscientização e de ação da Igreja. De conscientização, por ela se ter dado conta da incompatibilidade de enfoques e, portanto, da necessidade de uma postura vigilante e crítica. De ação, por se encontrar com o imperativo de uma missão supletiva urgente, num quadro social anômalo, em que ela ficara como uma das poucas vozes dos muitos que não têm voz.

Esta ação na e da Igreja canalizou-se principalmente por dois dutos. Ao nível do povo, pela sua crescente participação ativa, que redundou na criação e implantação das Comunidades Eclesiais de Base, consideradas pela Igreja pós-Puebla como caminho privilegiado de evangelização. Ao nível da Hierarquia, pela articulação do Episcopado na CNBB, cujo vigor de presença e organização possibilitou tomadas de posição significativas no quadro nacional e potenciou, através de instrumentos e mecanismos de longo alcance, como os planos bienais, a Campanha da Fraternidade e outros, uma ação concertada em plano eclesial, apesar da compreensível discrepância de opinião e de métodos entre Bispos de um colégio episcopal particularmente heterogêneo e numeroso.

Convém acrescentar ainda a este painel um fato mais recente. Refiro-me ao surto de movimentos leigos, alguns mais antigos outro me-



nos, mas que, para efeito de nosso tema aqui, quero considerar apenas nos últimos vinte anos. Os nomes são muitos — Movimento Familiar Cristão, Equipes de Nossa Senhora, Encontros de Casais com Cristo, Encontro do Diálogo, Cursilhos, Renovação Carismática, Focolarini, Legião de Maria, Ação Católica renovada, Comunidades de Vida Cristã ou Congregações Marianas sob outra versão, Caritas, Sociedade de São Vicente de Paulo renovada e muitos outros, sem esquecer, por exemplo, a Escola de Pais, não confessional, nem movimento de Igreja, mas atuante, na prática, em base a princípios cristãos.

Todos estes movimentos, recentes ou não, recrutam, de modo predominante embora não exclusivo, na classe média. O importante, porém, não é tanto este aspecto, mas sim o fato de que são todos eles grupos de **leigos**. Por outro lado, com maior ou menor intensidade, foram afetados pelo Concílio Vaticano II e, no Brasil, vão sendo sensíveis a alguns dos temas de Medellín e de Puebla. Deles têm saído, em vários níveis, **m u i t o s** catequistas, ministros da Eucaristia, diáconos permanentes, colaboradores e assessores de Bispos e Sacerdotes.

Pela vertente destes movimentos, conjugados com as já mencionadas Comunidades Eclesiais de Base, também elas sobretudo de leigos, temos um corte diagonal de intensa e crescente presença dos leigos na Igreja do Brasil, nas duas últimas décadas. Articulada esta faixa de leigos adultos, com numerosos movimentos de jovens — registro apenas a existência de uns e outros, sem entrar na

avaliação de seu desempenho — podemos assinalar **três dimensões** que, através deles, afetam de algum modo a vocação sacerdotal e religiosa no contexto global de Igreja:

- a redescoberta do matrimônio cristão e sua valorização sob nova luz;
- a descoberta e potenciamento da vocação do leigo na Igreja (ainda que a partir de ângulos distintos e até opostos, segundo os grupos ou movimentos);
- a constatação de que muito do que era antes domínio exclusivo do sacerdote, num modelo estritamente clerical de Igreja, pode ser assumido por leigos e, de fato, o vem sendo progressivamente.

### **Vocações: alguns problemas e perspectivas.**

É neste quadro eclesial e nacional que está vicejando agora o novo surto de vocações. Sem ter presente este contexto de fundo, ainda que esboçado apenas de modo sumário como vimos de fazer, seria difícil situar algumas dimensões importantes que este fenômeno do incremento vocacional coloca para os processos de acompanhamento dos candidatos e de formação dos jovens religiosos e religiosas. Diante de toda esta transformação profunda do país e da Igreja, em tempo relativamente curto, diante do processo de mudanças ainda em curso e irreprimível por sua índole, o número crescente de vocações pode justificar uma certa euforia, mas é não menos gerador de perplexidades e interrogações. De qualquer modo, ele não nos dá



qualquer base para julgarmos ingenuamente que, afinal, conseguimos superar a crise e estamos a caminho de uma nova estabilidade pré-conciliar, sonhada por tantos. À luz de tudo o que foi dito, vamos aflorar apenas alguns aspectos à guisa de estímulo à reflexão realista.

Em outros tempos, era sobretudo das classes favorecidas que provinham os candidatos. Hoje, a mudança do lugar social da Igreja atua de modo ambivalente. Cria, por um lado, em muitas famílias da classe média, não raro elitista, consumista e secularista, uma resistência ao ideal sacerdotal ou religioso de algum filho ou filha, refratários estes mesmos, na sua maioria, à simples consideração de tal propósito. A vida religiosa neles não encontra ressonância e está fora de seu quadro de valores. Para os pais, que talvez retenham ainda um apreço prático ou funcional pelo sacerdote ou religioso/a — ângulo educacional ou “social” (batizados e casamentos) — a vida religiosa não é mais vista como extensão do padrão da família, dimensão que na primeira metade deste século, atenuou, sem dúvida, o sacrifício de muitas mães e pais ao verem partir suas filhas ou filhos para certas ordens ou congregações, algumas sobretudo, que ofereciam ou prolongavam um “status” condigno. Por outro lado, o novo lugar social da Igreja atua como um apelo para muitos jovens generosos de qualquer procedência socio-econômica, que acalentam a idéia de doação e entrega pelos irmãos e por uma sociedade mais justa. Alguns vêem na sensibilidade e atuação social da Igreja um polo de atração em ordem à viabilização de seus an-

seios e projetos, sem, contudo, amadurecerem ou enfatizarem a perspectiva de uma consagração mais plena a Deus. Outros o fazem e vinculam a fundo o serviço de Deus e o serviço dos homens, independentemente de qual tenha sido o gerador do primeiro impulso. Finalmente, o trabalho e a vida entre os pobres torna também natural que surjam vocações entre eles. Desta faixa, pouco ou nada representada nos quadros religiosos de outros tempos, vem surgindo agora um percentual significativo de candidatos.

Sem pretensão de ser completo, proponho à consideração dos leitores **quatro** aspectos ou momentos que me parecem sugestivos e estão, no fundo, muito relacionados uns com os outros numa unidade temática.

## 1. **Motivação.**

A experiência de muitas congregações tem revelado a insuficiência, por si só, da motivação socio-política, como móvel principal ou único da vocação religiosa. Esta motivação nasce no jovem a partir de uma percepção da missão de suplência atuante da Igreja, acentuada pela conjuntura de uma sociedade que viveu longo tempo em clima de repressão e silêncio forçado. A presença e coragem da Igreja, sua participação decisiva em certos momentos da vida nacional, pode atuar como um ímã para vontades decididas a se baterem por um mundo com outra face social, política e econômica. Mas elas podem se chocar, a longo prazo, com determinadas exigências da fé e do espírito, que balizam e condicionam, indivi-



duam e definem esta atuação da Igreja. Por outro lado, pode ser-lhes decepcionante e insustentável a herança de um passo institucional, lento e complexo, das congregações e/ou da própria Igreja. Pode-se perguntar, de resto, neste contexto, qual seria a incidência desta motivação, forte ainda hoje, como nos últimos cinco anos, caso o país chegasse a tornar concreto e viável um projeto efetivamente democrático de participação e representação, reduzindo a urgência e a evidência da militância e da suplência da Igreja no socio-político, embora ela continue a manter a sua sensibilidade a esta área e, por outras formas, sua presença e atuação em ordem à construção de uma sociedade justa.

Um segundo alerta importante em relação à motivação está ligado ao problema do lastro e **teor de fé** que apresenta o candidato. Na fase pré-conciliar, havia uma certa adequação entre a vida cristã das famílias e até da escola e a tipologia da vida eclesial e religiosa. Ao se iniciar o Concílio, não eram ainda tão sensíveis no Brasil os efeitos que nos Estados Unidos e na Europa se manifestaram logo após a segunda guerra mundial sobre a estrutura familiar e sua prática da fé. Estes sintomas irromperam maciçamente aqui, nos anos 60, carregados sobretudo por uma televisão superficial e de todo carente de bases culturais, que teve um enorme impacto sobre a estrutura e a prática religiosa da família brasileira em toda a parte e em todos os níveis sociais. Coincidiram com isto as vicissitudes do pós-concílio dentro da Igreja. Elas afetaram o seu estilo de vida, reduziram o número de sacerdotes e re-

ligiosos e se refletiram também nas mutações e ajustamentos trepidantes dos processos de evangelização. Derivam daí algumas conseqüências para a questão vocacional em nossos dias.

Os jovens que nos chegam hoje, na faixa de 20 a 25 anos, são o produto desta conjuntura. Em suas famílias, viveram um clima de fé menos explícita e mais incerta. Em sua educação através da escola e de convivência social, receberam talvez mais informação sobre conteúdos e práticas da fé do que as gerações que os precederam. Esta informação, porém, foi mais eclética, menos orgânica e sistematizada. Ela esteve sobretudo exposta ao bombardeio de muitas outras informações simultâneas (via TV, cinema, difusão de idéias e debates) numa sociedade de circulação informativa intensa e indiscriminada. Este contexto leva o jovem:

- a uma natural perplexidade e insegurança, vivida na confluência de uma erosão da confiança em tudo e quase todos e na ânsia e urgência de querer confiar em algo e alguém;
- à posição paradoxal de uma constante atitude crítica acrítica: ele vai fazendo uma verdadeira "mixagem" subjetiva de conteúdos religiosos disparados, sensível e dócil às ondas e ventos que o manipulam à distância e o encontram quase sempre vulnerável;
- retarda-se assim ou se impede mesmo uma primeira síntese incipiente e uma empatia religiosa de cunho afetivo, que em gera-



ções anteriores se manifestava mais rapidamente, ainda que de modo menos maduro e consciente do que se apresenta hoje, quando atingida pelos jovens atuais.

Daí que o discernimento da vocação, que atendia menos a este aspecto na fase pré-conciliar, há de levá-lo muito em conta agora. Não basta que o jovem seja bom e generoso, referendado por boa base familiar e, eventualmente, até mesmo engajado em movimentos. É imprescindível o diagnóstico do estado de sua fé e de seu quadro humano/espiritual. É dentro deste todo que será gestada e poderá ser aferida a acuidade de sua percepção do apelo vocacional e a qualidade de sua resposta a tal estímulo. Isto é fundamental antes de recebê-lo. Supõe-se, portanto, um tempo adequado de acompanhamento pessoal antes da decisão e uma criteriológica séria de seleção, antes restritiva do que liberal.

Por outro lado, uma vez admitido o jovem, sua formação inicial deve ter como prioridade a continuidade responsável deste aprofundamento orgânico da fé, da experiência de Deus, radicados ambos num crescimento humano, individual e social, integral e integrado. Só este processo permite realmente o gradual amadurecimento e unificação da pessoa e o aprimoramento de sua liberdade interior, requisito incontornável para viver e agir numa Igreja e sociedade aberta e complexa, da qual a vida religiosa não mais o separa nem protege.

## 2. Enculturação.

Esta palavra significa, em antropologia, o processo pelo qual uma pessoa é introduzida na sua própria cultura. Toda criança é enculturada por sua família, por sua escola, por seu ambiente social. Há também sempre uma fase de enculturação na vida religiosa. Os que somos hoje religiosos adultos fomos enculturados num contexto que trazia um vinco de classe média de outros tempos, de nossas e de outras plagas. Vivemos uma herança de certo prestígio e privilégio, de amizades, hábitos e procederes, em discrepância flagrante com o estrato popular, não percebido e marginalizado, ou atendido, sim, por filantropia e caridade, mantidas, porém, as devidas distâncias. Prolongamos tudo isto através de estudos e obras, de modos de ser e de atuar. Hoje, apesar da mudança profunda que se operou em tantas frentes de trabalho e no interior mesmo das comunidades e instituições, apesar da simplificação significativa de nossa vida e da busca sincera do novo lugar social, encontramos-nos perplexos diante destas vocações que nos chegam, várias delas dos meios populares.

O que nos parece simples e despojado é, não raro, ainda estranho e requintado para muitos destes jovens. Vindos de um regime duro de assalariados de baixa renda, estudantes noturnos, mal dormidos e alimentados, com condições precárias de habitação e de lazer, com pouca ou nula disponibilidade financeira, eles se encontram a conviver entre nós com o oposto de tudo isto. Para muitos, esta experiência atua como um fator de decepção e, even-



tualmente, de desistência. Para outros, funciona como uma alavanca poderosa de promoção gratuita ou de aburguesamento larvado, de compensação e desperdício irresponsável, de inconsciente deformação ou anestesia do ideal e sacrifício. Somos nós então os decepcionados. Perguntamo-nos mesmo se não foi contra-producente tirar estes jovens de seus meios e colocá-los neste processo que os torna assim inseguros para a evangelização e um peso morto nas comunidades, além de os ter alienado em relação ao seu próprio meio.

### 3. Formação.

Somos confrontados hoje com perguntas de difícil resposta. Deveríamos renunciar, por exemplo, aos estudos mais exigentes, que demandam tempo, condições e instrumentos? Como combinar com eles um enfoque de Igreja que nos é proposto, marcado pelos meios populares? Deveríamos abrir mão de trabalhos que fizeram nosso passado e firmaram tradição? Deveríamos partir para a inserção direta como quadro natural da formação inicial? Deveríamos redimensionar todo um teor de espiritualidade, de oração e de vida comunitária? O que fazer? Como fazer? Que instituto religioso não se defronta hoje com estas interrogações? Quantas idas e vindas nas respostas que lhes demos e continuamos a dar! Quantos, hesitantes e impacientes, se inclinam a repristinar os modelos de outros tempos, gratificados pela uniformidade de uma aparente ordem e disciplina, das pessoas e da instituição, em desacordo, porém, com transformações irreversíveis eineludíveis a longo

prazo? Este tipo de solução, mais fácil, passa à margem da história e dela não aprende. Ele planta hoje as sementes de grandes crises amanhã.

A mudança do lugar social tem enormes e imprevisíveis consequências para a Igreja e a vida religiosa nela. Estamos ainda longe de atinar com os desdobramentos deste processo. Não tenho pretensões nem condições de dar resposta a tantas perguntas. Cada instituto está hoje consciente delas e vem fazendo sua caminhada, não raro dolorosa, muitas vezes promissora. São muitos e diversos os caminhos. O importante é não iludir as questões centrais e, por outro lado, tratá-las com serenidade e liberdade interior, numa atitude profunda de fé e confiança no Senhor, única fonte e garantia do **discernimento** permanente. Esse se tornou hoje o clima imprescindível de uma vida eclesial e religiosa realista a ser vivida na verdade e no amor.

**Dois pontos**, em todo o caso, se me afiguram fundamentais como critérios e referenciais para este discernimento em relação à vocação e formação.

Nossos jovens e nós devemos ter bem presente que o religioso ou religiosa é alguém que não se fecha sobre si, seu interesse, sua realização e promoção. Os religiosos e a Igreja na qual vivem devem abrir-se para os irmãos. Nossa vida só tem sentido nesta atitude veraz de disponibilidade e serviço. A Igreja, pois, não é seita, não é gueto, não é reduto para iniciados. Comunidade pequena ou grande, ela é sobretudo presença aos homens, caminhada com eles, epifania pluriforme do Senhor.



Por outro lado, nossos jovens e nós devemos saber que a inspiração desta abertura aos outros, que é concretização do amor, não se pode confinar ao empenho humanista e militante da promoção e construção de uma sociedade justa em termos apenas imanentes. Deus e a experiência dele em Jesus Cristo e em cada irmão é o lastro de fundo de toda vida e engajamento cristão. A vocação religiosa, portanto, é um chamado ao encontro com o irmão que me encaminha a Deus. Mas ela é, mais que isso, um encontro nosso com o irmão Jesus Cristo, no qual e pelo qual é Deus quem vem ao nosso encontro e nos revela sua verdade e seu amor, gratuitamente, acima de toda expectativa, para além do alcance e do horizonte do mais puro engajamento pelo irmão. O Deus de Jesus Cristo é DOM e não é termo, produto ou resultado de nosso compromisso generoso pelos irmãos, embora passe por ele e nunca se manifeste sem ele. Mas é distinto dele. Vocação e formação só se gestam na articulação profunda desta intensa experiência e acolhida de Deus que se dá como AMOR e na tradução deste amor, por nós, na constante e inequívoca entrega de nós mesmos pelos irmãos. E é na dialética por vezes tensa de nossa vivência desta articulação que vai amadurecendo a percepção dos sentidos válidos para a nossa vida no compromisso estável por Deus e pelos irmãos. Só por aí chegamos, de algum modo, a atinar com o que Deus quer. Só por aí os irmãos por quem nos damos se encontrarão com Deus em nós.

#### 4. Ação apostólica

Vocação e formação não se explicam senão em função de uma presença e ação apostólica.

A mudança do lugar social nos abriu para uma presença maior junto aos bairros pobres e favelas; somamos forças na educação popular; somos parte das comunidades eclesiais de base e, por elas, atentos aos movimentos populares. Mas é exatamente na novidade e complexidade deste contexto que nos vamos perguntar sobre o que deverá ser o sacerdote, o religioso e a religiosa, na ulterior evolução deste processo a mais longo prazo.

Por outro lado, vemos adensar-se a vida urbana, ampliar-se a escolaridade, tomar corpo pouco a pouco a representação política e sindical das categorias; constatamos a demanda da ciência e da técnica, a perplexidade de universitários, funcionários e profissionais, atingidos sempre mais a fundo por seus estudos e seu trabalho. Vemos o peso dos meios de comunicação na formação ou deformação da consciência e da opinião pública. O que deverá ser o sacerdote, o religioso e a religiosa no desdobramento deste processo?

Como acompanhar e discernir as vocações? Como ajudá-las a se formarem e para que? Como atuar? Como definir prioridades e configurar modalidades de presença?

Estas mesmas perguntas e a dificuldade em lhes dar respostas expressam talvez o grau de **pobreza** de que se reveste a nossa própria vocação sacerdotal e religiosa, reflexo, de resto, da pobreza que vive



hoje a Igreja. Como no caso da formação, também no da ação apostólica, toda tentativa de regredir a respostas definidas do passado e buscar nelas uma certa segurança é portadora de ilusão e talvez não seja senão uma opção de fuga. Mas ela perde sobretudo a perspectiva histórica. O esboço tão sucinto que delineamos acima foi bastante para nos fazer sentir a profundidade das transformações no mundo e na Igreja e a complexidade das opções que a nós se colocam neste quadro.

O que de nós se pede hoje é sobretudo a atenção contínua a Deus, aos irmãos e a nós mesmos, como pessoas e como corpo apostólico, numa busca permanente de respostas mais adequadas. O que de nós se pede é a liberdade interior para reavaliá-las sempre, para abrir mão do que já não é válido, para assumir uma caminhada que traz em si o risco do erro e da surpresa. Tudo isto são formas de pobreza. Esta passa a ser parte de nossa vocação, formação e ação apostólica. Ser-nos-á difícil delimitar muito bem, por antecipação, os parâmetros de nossa identidade, como o fizemos antes numa sociedade estática e como o podem fazer hoje ainda, pela dinâmica da especialização, outras vocações e profissões. Nossos candidatos não podem ter ilusão sobre isto. Eles devem ser capazes de partilhar esta pobreza que se tornou talvez nossa maior riqueza. Depois de um faixa histórica pluri-secular, em que o chamado "estado religioso" foi definido, codificado, esmiuçado em pormenores, voltamos a ter que ouvir do Cristo aquele "vem e segue-me", sem especificações maiores do que

a certeza de Sua presença e o empenho de nossa vida.

Neste quadro de Igreja e mundo, com tantos paradoxos, toda tentativa de polarizar, de absolutizar um só aspecto e orientação, uma única opção apostólica — só os pobres, só os ricos, só inserção, só obras, só este ou aquele modo de ser ou de proceder, etc. — não conduz senão à esterilidade e frustração. Não quero dizer com isto que se deva cair no império da relativização. Justamente o contrário. O importante é cessar de absolutizar o relativo. É ser capaz de intuir, na multidão de tantos relativos, o apelo e vestígio do Absoluto. Não se trata tampouco de ser neutro numa realidade conflitante. É preciso, isto sim, ser bastante livre para não se deixar levar por táticas e estratégias que evitam ou ocultam a verdade ou parte dela, em nome do atraso ou aceleração de processos. É fundamental ser livre para não radicalizar um dos lados do conflito. Só assim será possível tentar superá-lo e construir, em vez de agravá-lo e, portanto, destruir.

Tudo isto faz de nós seres estranhos num mundo eficiente e funcional. Somos hoje talvez a menos definível e compreensível das vocações, no quadro abundante e diferenciado das especificações profissionais e ideológicas. Enquanto todas elas se aprimoram sempre mais na explicitação e no rendimento do seu fazer, o grande desafio posto a nós é o de ser, o de viver e o de marcar visivelmente, pela intensidade do que somos, qualquer coisa que façamos. É aqui que se situa, por um lado, o dom de Deus que nos chama a ser, no limite consciente de nossa pobre-



za, presença Sua, de verdade e de amor, que caminha entre os homens. Não foi isto o ser de Jesus Cristo? Por outro lado, é não menos aqui que se redimensiona e se relativiza todo o nosso **fazer** — mesmo o mais acalentado e comprovado — porque ele se abre à constante ação de Deus sobre nós, que deve poder dispor de nosso ser para as urgências imprevisíveis do Seu fazer.

Sem esta profunda **liberdade interior**, não há vocação, não há formação, não há ação apostólica. Alcançar e viver este DOM — que sendo dom não dispensa o nosso empenho — é o objetivo chave e o critério irreduzível de toda vida cristã, da qual a vida religiosa e a sacerdotal não são senão algumas faces entre outras muitas, necessárias todas e cheias de sentido, na caminhada fraterna dos homens para Deus.

---

### **Crise de vocações religiosas**

Nos encontros dos Superiores Gerais se constata que, ao menos, para as Congregações Masculinas, tem havido um aumento de vocações. Varia o aumento de país a país e entre os continentes. Onde há maior crescimento e quais os elementos que o favoreceram? Entre outros, se pode apontar:

— A Congregação que se renovou, atualizando suas Constituições e seus Regulamentos Particulares e, sobretudo, que apresenta algum ideal autêntico, como o ideal missionário, por exemplo, tem maior número de candidatos.

— Quando cada religioso está encarnando o espírito do Fundador, e por isso, crê neste carisma e o vive, os candidatos têm sido numerosos.

— Quando os superiores se convertem em promotores otimistas das vocações e construtores de fraternidade atualizada, as vocações aparecem.

— Comunidades jovens e dinâmicas atraem as vocações. Comunidades tradicionais onde a fé baixou de nível e não é existencial, não atraem.

— Jovens candidatos em idade mais amadurecida não se sentem entusiasmados pelas obras tradicionais da Congregação. Preferem o ser religioso.

NOTÍCIAS O.F.M. PARA A AMÉRICA LATINA, Nº 36, julho de 1981, página 5.

### **Fé — Política — Igreja**

A Igreja tem o direito de se manifestar sobre assuntos de ordem política porque estes interessam à consciência moral. É direito da Igreja manifestar-se politicamente. É lícito também ao ministro de Deus ter sua opção partidária pessoal. Não lhe é lícito, entretanto, identificar o Evangelho com tal opção, se outras satisfazem igualmente a mensagem de Cristo. Não compete aos clérigos, dentre os diversos caminhos legítimos, optar por algum no exercício do ministério sacerdotal, sem cair no clericalismo ou no messianismo político (**Pe. Marcos de Lima, SDB**).



# A VIDA RELIGIOSA NO LIMIAR DO ANO 2.000 (I)

*Reflexões à luz da Encíclica de João Paulo II:  
Redentor do Homem*

**Pe. João Batista Libânio, SJ**

Rio de Janeiro, RJ

João Paulo II inicia sua encíclica programática com a referência explícita ao grande jubileu que celebraremos com a viragem do século e milênio. Ano 2000, deixando de lado a questão técnica do pequeno erro de computação da data do nascimento de Jesus, adquire, sem dúvida, para os cristãos o significado ímpar de recordar o segundo milênio do mistério da Encarnação do Verbo em vista da redenção do homem. As nossas atenções já se voltam para tal data.

Olhando para tal evento, a Encíclica pergunta-se pelo significado de Cristo para o homem de hoje. E ao tratar desse tema fundamental, as considerações do Papa se prolongam sobre a situação do homem e sobre o papel da Igreja nesse diálogo de salvação entre o homem e Cristo. E quais são as incidências dos ensinamentos de tal documento sobre o sentido e missão da Vida Religiosa hoje? Antes de mais nada, estamos

diante da expectativa do magno jubileu da Encarnação e Nascimento de Jesus.

## **O grande jubileu do ano 2000**

Na medida em que o fenômeno de secularização avança, mesmo com reversões, o significado religioso das festas vai sendo facilmente substituído pela simples celebração alegre dos fogos, das bebidas, dos bailes, das refeições abundantes. A vigorosa máquina da propaganda comercial invade-nos com solicitações consumistas e transforma em compras e dádivas de presentes, o que na origem tinha sentido bem diverso.

Certamente o ano 2000, que se aproxima, vai concentrar as atenções de todo mundo em grandes celebrações e festas, as mais barulhentas e requintadas possíveis. Se não redescobrimos o sentido primigênio do Jubileu seremos seguramente envolvidos pelo ambiente secular de tal



data. E advertência do Papa já se faz a 20 anos de distância.

A tradição de celebrar o jubileu tem suas raízes no Antigo Testamento e recobra novo significado no Cristianismo, em profunda continuidade com a tradição semita (1).

Depois de 6 dias úteis na semana, o judeu celebrava o sábado, o sétimo dia, como dia do Senhor, com repouso, freqüência à Sinagoga, orações e leitura das Escrituras. Depois de 6 anos, o sétimo ano reproduzia a mesma estrutura, sendo o "ano sabático" de repouso para a terra, de remissão de dívidas, de volta dos bens em terra e casa a seus donos, da libertação dos escravos. Depois de 7 ciclos de anos sabáticos (7 anos x 7 anos = 49 anos) vem o 50º ano, chamado "ano jubilar". É um "ano sabático privilegiado", que vem coroar um ciclo de 7 outros. É o ano por excelência do Senhor, como o ano sabático, como o sábado de cada semana. É a mesma estrutura religiosa que se prolonga através dos anos.

A experiência fundante na consciência do povo é religiosa. O alcance é econômico-social. Ambas dimensões fundem-se numa unidade profunda para o israelita. É essa unidade de consciência, na sua dupla face real, que nos permite compreender o alcance e significado desse "ano jubilar", não deixa de ser importante para nós, em pleno século XX num Continente profundamente religioso, entender a estreita relação entre o religioso e o sócio-econômico em Israel. Em outras palavras, como uma experiência religiosa básica se exprimia em exigên-

cias econômicas e sociais para o israelita(2).

Na tradição semita antiga, o sétimo dia era o dia "nefasto" (nefas = interditado, proibido), em que se proibia o trabalho por causa dos perigos atribuídos a esse dia. Na Religião de Israel, essa longa tradição é reinterpretada num espírito diferente, ao mesmo tempo humano e religioso. Pois, o descanso do sétimo dia visava a permitir aos servos e animais repousarem-se (Ex 23,12). A fundamentação era religiosa. Dia consagrado a Javé por dupla razão. Javé trabalhara seis dias na criação e repousara no sétimo, santificando-o (Ex 20,8; 31,12-17) e além disso o israelita deve lembrar-se de que era escravo no Egito e Javé, seu Deus, o libertou de lá (Dt 5,12-15). Portanto, na origem da santificação do sábado, que se prolonga no ano sabático e jubilar, encontra-se a longa tradição religiosa de Israel: o descanso de Javé e a libertação do Egito. Por isso, o ano sabático e jubilar consistia fundamentalmente no descanso das terras e na libertação dos escravos, das dívidas, das penhoras, recuperando os próprios bens de terra e casa.

Socialmente falando, tal tradição do ano jubilar terá encontrado na igualdade social do tempo da federação das tribos sua experiência fundante, transformando-se então em ideal, na medida em que a evolução econômica do país tornava mais complexa e difícil a estrutura social do povo israelita. Muitas famílias se viram obrigadas a alienar seus bens, o desenvolvimento do empréstimo e juros gerou pauperismo e sujeição dos devedores insolventes aos credores. Num país que vivia da experiên-



cia de um Deus libertador e criador, tal evolução econômica parecia contradizê-la. Daí o recurso à temática religiosa de Deus como proprietário da terra de Israel, de modo que o israelita não a podia alienar de modo definitivo. De tempos a tempos, ela devia voltar a seu proprietário (ocupador) de origem ou herdeiro. Além disso, o israelita não pode ser escravo para sempre, porque era servo de Deus que o libertara do Egito e não o podia ser de um outro ser.

Ao retomar essa tradição do jubileu, de modo oficial, no século XIV, com a criação do "ano jubileu", a Igreja deu-lhe caráter eminentemente espiritual. Faz releitura simbólica de Israel, vendo em seus bens materiais uma figura dos bens espirituais da verdadeira Israel, a Igreja. Assim o ano jubilar será o ano da libertação do pecado, das penas devidas a ele. As dívidas que se nos são perdoadas são as do pecado. A terra que se nos promete, é a do Reino celeste. Ano jubilar tem significado, em geral, em nosso ambiente eclesial, ano de indulgência plenária, de purificação e santificação, de vida interior, de reparação pelos pecados.

O aspecto de reparação liga-se ao fato de que o "ano jubilar" de Israel começava com a solene festa da Expição, em que animais eram oferecidos em propiciação pelos pecados dos sacerdotes e do povo e em que ritos de aspersão de sangue purificavam o santuário, o altar dos holocaustos. Dia de jejum completo, de mortificações. Fundindo a tradição judaica da festa da Expição com as exigências de libertação do ano jubilar, o jubileu cristão assumiu esse

caráter de renovação espiritual, interior, purificatória.

João Paulo II, ao afirmar mais de uma vez a proximidade do evento jubilar da Encarnação no ano 2000, insere-se nessa tradição espiritual da Igreja, em continuidade com a experiência religiosa de Israel. Para nós na A. Latina, torna-se extremamente significativo que as origens do jubileu em Israel estejam impregnadas de elementos sociais e econômicos, envolvidos pela experiência religiosa do Senhorio de Javé como Criador e Libertador do Povo. Aproximamo-nos do ano jubilar da Encarnação num Continente em que a maioria do povo cristão não tem casa e terra, na própria terra que lhe pertence por nascimento e sobretudo por trabalho. Aproximamo-nos do ano jubilar da Encarnação num momento em que a vida econômica de nossos países se estrangula precisamente por causa de dívidas externas monstruosas, fruto de situações injustas de dependências e de explorações continuadas. Aproximamo-nos do ano jubilar da Encarnação, numa situação em que a maioria de nossos irmãos vivem, se não de modo legal, ao menos de modo real, como verdadeiros escravos. Trata-se de situações concretas, sociais, econômicas e não simplesmente de uma "escravidão espiritual".

A tradição do jubileu de Israel reaparece com novas exigências para os cristãos desse Continente quanto ao problema da terra, da moradia, das dívidas, da escravidão. Um filho de Deus não pode estar despojado de sua terra, desprovido de sua moradia, colocado numa situação de servidão (Lev 25,23). Pois o seu Se-



nhor o libertou para sempre, não simplesmente da escravidão histórica do Egito, mas de todas as escravidões pelo sangue de Jesus.

Já a própria perspectiva jubilar impõe-nos a nós religiosos, exigências de preparação, na dupla dimensão judaica e cristã. A primeira coloca-nos diante de nossa participação nessa grande "socialização" da terra, da casa, dos bens materiais, que era a grande utopia do jubileu israelita. A segunda aprofunda a anterior até as raízes do coração. Mas restringir-nos a essa segunda dimensão somente, perderíamos elemento expressivo da tradição bíblica, que lido em nosso novo contexto assume ainda maior relevância. O especialista em Instituições do Antigo Testamento, R. de Vaux, ao tratar do ano sabático e jubilar, estuda-os no contexto das Instituições civis, sob o título de "economia"(3). Não deixa de ser sintomático que o jubileu seja estudado como estrutura econômica, ainda que todo o vocabulário que o cerca seja religioso. Essa dimensão realista da tradição semita merece ser retomada por nós, de modo que esse grandioso jubileu, ainda a duas décadas de distância, sirva de motor e motivação para profunda reestruturação sócio-econômica nos países cristãos, que se colocam nas pegadas do Povo eleito. E dentre os cristãos, os religiosos não só não devem isentar-se da dimensão judaica sócio-econômica do jubileu, como mostrar através dela a verdade e coerência da conversão interior, exigência desse ano jubilar.

A tradição semita do jubileu em termos de Puebla significa "opção preferencial pelos pobres", pois as

prescrições do Levítico visavam diretamente à eliminação do pauperismo sempre ameaçador e em conflitante contradição com a tradição de um povo a quem Deus deu a terra a todos e a quem Deus fez livre da dominação. Na medida em que a opção pelos pobres tornar-se concreta em nosso Continente e atuante na Vida Religiosa, estaremos anunciando o grande "ano jubilar", que significa na glosa de S. Jerônimo "annus remissionis" ou como o hino do séc. XIII exprimia "Anni favor jubilei poenarum laxat debitum"(4). Só a grande remissão da justiça e o desligamento das dívidas das penas, que retêm o povo na opressão material e espiritual, farão significativo o "ano jubilar da Encarnação".

### **As grandes heranças de João XXIII e Paulo VI**

Olhando para o futuro, o Papa antevê a festa jubilar, olhando para o passado, recupera as significativas heranças dos últimos papas João XXIII e Paulo VI. Ele situa-se em relação a essas heranças como seu continuador. Sente que deve cumprir aquela missão, que a morte precoce e inesperada não permitiu João Paulo I realizar. Toda escolha revela opções. Os pontificados de João XXIII e Paulo VI foram imensamente ricos e inovadores(5). Muitos pontos novos e originais foram inseridos no tronco vetusto da tradição eclesial. João Paulo II escolhe três entre outros.

### **Diálogo salvífico**

Foi a consigna com que Paulo VI iniciou seu Pontificado e que se tornou o tema central da Encíclica pro-



gramática "Ecclesiam suam"(6). É diálogo. Mas não qualquer diálogo. Deve ser "salvífico". Como diálogo supõe abertura a todos, à crítica. Como "salvífico" implica maior auto-consciência do seu ser, por parte da Igreja, enquanto mistério divino, missão humana e fraquezas humanas(7).

Em duas palavras, o diálogo salvífico pressupõe "auto-consciência" e "abertura". Faltando um dos dois elementos, ele se perverte. Auto-consciência sem abertura gera atitude apologética, autoritária, impositiva, triunfalista, auto-suficiente, contradizendo a dimensão fundamental evangélica de serviço, de humildade, de acolhimento. Sem abertura, a Igreja será como o sacerdote ou levita que passa à margem do ferido. Por mais conhecimentos que ambos tivessem das Escrituras, não conseguiram, como o samaritano o fez, descobrir no irmão ferido a exigência da Lei (Lc 10,29-37). Sem abertura, a Igreja contará vantagem de suas riquezas espirituais, como o fariseu, em vez de bater no peito arrependido como o publicano. Aquele não retornou reconciliado, mas somente este (Lc 18,9-14). Sem abertura, a Igreja arrojará pedras, segundo a lei, na mulher colhida em adultério, distanciando-se do Mestre que a perdoa e acolhe (Jo 8,1-11). Sem abertura, a Igreja fechará suas portas às prostitutas, esquecendo-se de que elas nos precederão no Reino dos Céus (Mt 21,31). Sem abertura, a Igreja ficará discutindo se Deus se adora em Jerusalém ou no monte Garizim, esquecendo-se de que Ele é encontrado "em espírito e em verdade" (Jo 4,23). Enfim, sem abertura, a Igreja não dialoga, não

entende os homens, não cumpre sua missão, não anuncia o Evangelho, não é Igreja(8).

Doutro lado, sem "auto-consciência" de sua missão divina na origem e humana no destinatário, de suas fraquezas e limites, ela perde-se no estonteante pluralismo moderno. Sem auto-consciência, ela é tentada de aceitar a sedução do mundo consumista e tornar-se uma mercadoria a mais no supermercado religioso capitalista. Assim como cada firma procura encontrar a melhor embalagem possível para atrair os olhos do comprador, descurando dos verdadeiros interesses dos mesmos, assim muitas confissões religiosas disputam o prestígio, o poder, a plausibilidade social, articulando-se com o projeto das classes dominantes e assediadas no poder. Sem auto-consciência de sua missão de anunciar a salvação aos pobres (Lc 4,18), a Igreja se perde nos conluíus com os grandes e poderosos.

Ao tratar do tema do diálogo, João Paulo II refere-se expressamente à crítica vinda do interior da Igreja. Normalmente, a Instituição, pela sua dinâmica interna, faz-se hostil a qualquer crítica. Ela existe para durar inalterável. A crítica lhe é ameaça. Aparece-lhe como deslegitimação, carência de plausibilidades. Por isso, sua reação não se faz esperar, em instintiva, e não raras vezes, violenta repulsa. Se isso vale de toda Instituição, a Igreja, espontaneamente, enquanto instituição, encontra-se sob a mesma lei. Entretanto, ela tem em si germens de superação, que estão continuamente em tensão com a dinâmica conservadora da Instituição. Naturalmente a força crítica



maior lhe vem da presença do Espírito, que não se deixa enquadrar, sopra onde quer (Jo 3,8), nos ensinará tudo (Jo 14,26), nos conduzirá a verdade completa (Jo 16,13). Este Espírito não pede licença, surpreendendo a Pedro ao descer sobre pagãos impuros (At 10,44-45). Assim a Instituição da Igreja será colhida da surpresa, ao longo de toda sua história, por personagens carismáticos, que lhe serão profundamente críticos. Com humildade, ela os reconhecerá como enviados de Deus, como santos, canonizando vários deles. Nesse sentido, João Paulo II não se fecha às críticas. Reconhece-lhes valor, alertando entretanto para o "justo limite", ao evitar criticismo doentio e perturbador.

Os religiosos recolhem também hoje essa preciosa herança do diálogo salvífico. E que vem a significar isso no nosso contexto latino-americano? Como exercitamos essa abertura, em conservando-nos forte a auto-consciência?

A principal abertura, exigida de nós nesse momento histórico, refere-se ao processo de transformação radical de Sociedades extremamente injustas. Não se trata de mecanismo impessoal ou máquina automática. Ele se constrói através de sujeitos sociais, de forças históricas, de classes. Portanto, essa nossa abertura ao diálogo exige que nos coloquemos de coração e mente sem preconceitos diante sobretudo dos novos sujeitos sociais que estão emergindo em nossos países. Já conhecemos de longa data os interesses, as práticas, os projetos das classes dominantes. São eles, em última análise, os principais responsáveis por nossa situação social presente. Infelizmente, temos

mais que dialogado com tais classes. Deixamo-nos envolver por seus projetos. Fomos freqüentemente cooptados por sua palavra macia e envolvente. Não seria nenhuma novidade falar de diálogo com tais sujeitos sociais, pois fomos muitas vezes e por longo tempo seus parceiros encantados. Hoje nos custa desarticular-nos de seus projetos, que Puebla reconheceu como causa estrutural de nossas deformações sociais, ao denunciar "sistemas econômicos anti-humanos"(9), a riqueza de minorias a custa da pobreza de muitos(10), a existência de grupos minoritários nacionais associados a interesses estrangeiros(11). A abertura ao diálogo salvífico, como herança dos últimos papas, deve produzir em nós uma inversão em nossos relacionamentos, em nossas articulações. O espírito de solidariedade, máxima com os pobres(12), deve vir responder ao duplo fato da proliferação de organizações populares e ao emergir do mundo operário(13). Em geral, nós religiosos estivemos e talvez ainda estejamos muito afastados desses setores da Sociedade.

A abertura para os setores populares, implicada necessariamente como dimensão do diálogo salvífico na A. Latina, adquire características próprias, merece aprofundamento.

No **primeiro movimento**, a abertura exprime-se como atitude de escuta em vista da captação dos reais valores, necessidades, exigências, anseios e interesses das classes populares(14). Naturalmente, isso não se realiza sem um mínimo de convivência com essas classes, a fim de processar tal apreensão(15). Em outras palavras, o contacto com a vida e a



prática simples do povo vai pouco a pouco dando-nos a possibilidade de compreender-lhe as perguntas de existência para as quais a Palavra de Deus quer ser uma resposta. O diálogo salvífico não é um monólogo comunicativo de formulações dogmáticas já elaboradas e cristalizadas a serem unicamente apreendidas. É anúncio da Boa Nova para o homem, de modo especial, para os pobres, os cativos, os marginalizados. Os anunciadores dessa Grande Notícia necessitam a linguagem de seus ouvintes para proclamá-la no sotaque próprio. E essa linguagem aprende-se no convívio do dia a dia. Hoje relendo a história da Evangelização nos penitenciamos de nossas falhas em relação a tantas vetustas culturas, por não termos sabido anunciar-lhes o Evangelho de Jesus. Aí está o gigante colosso chinês de 800 milhões com unicamente 3 milhões de cristãos. O mesmo vale da Índia. O Sínodo de 1974 insistiu fortemente na inculturação(16). Em outros termos, o diálogo salvífico com as classes populares pede essa inculturação através da convivência. Não se trata de diferença cultural das proporções daquela existente entre os missionários europeus e as clássicas civilizações chinesa ou indiana. Mas existe muito mais distância que o comum dos atuais missionários se imaginam. A ilusão da homogeneidade de língua ou mesmo de nascimento esconde as diferenças de classe, de longa situação de dependência e escravidão, que têm marcado em nosso Continente as classes populares. E acrescenta-se que nelas os fatores culturais africanos e indígenas são mais acentuados(17).

Essa reflexão torna-se tanto mais importante que em nosso Continente contamos com crescido contingente de religiosos estrangeiros. Alguns, que vêm de país, onde se fala a mesma língua, com maior dificuldade percebem que estão diante de povo diferente, cujos valores, exigências, necessidades, anseios devem ser captados ao longo do convívio de vida continuado. Assistimos não faz tanto tempo a verdadeiras incursões de equipes de missionários que vinham da Europa para evangelizar em massa, sem nenhum conhecimento da A. Latina e nem se interessavam por isso. Com fervor apologético estrondavam pregações moralizantes, concebidas em suas aldeias ou cidades de origem, como se estivessem numa operação de salvação de náufragos espirituais. Repetiram-se ao longo de nossa história religiosa sucessivas conquistas, sem a mínima atenção às condições sócio-culturais de nosso povo(18). Evidentemente tais empreendimentos trouxeram elementos positivos, mas à luz da herança de João XXIII e Paulo VI já não respondem mais às atuais exigências de diálogo, de abertura, de captação prévia da situação das pessoas.

**Somente depois deste primeiro momento** de presença captativa, o diálogo salvífico **se enriquece com o dado positivo da Revelação**, assumido da tradição eclesial. É a hora da mútua provocação. É a busca da síntese evangelizadora por parte do missionário. De um lado, o anúncio original, a irredutível novidade da Revelação de Deus em Jesus Cristo, o fato transcendental e primigênio de Deus desvelando-se a si e seu projeto salvífico aos homens, e doutro lado, a cultura popular, suas pergun-



tas fundamentais, as situações psico-históricas do povo (19). Só há diálogo salvífico se se processa a síntese dinâmica e histórica desses dois dados. Ele supõe, portanto, a intencionalidade originária acontecendo dentro das componentes e tendências de uma situação determinada. No caso, as condições das classes populares de nosso Continente.

As situações humanas nunca estão totalmente fechadas e absorvidas por seu aqui e agora. Sempre têm uma abertura para a novidade do Dado revelado. Mas ele precisa penetrar por essa abertura, que no missionário percebe através do contacto e convívio. Do contrário, a Palavra de Deus perde a força de penetração por causa da carga cultural, não necessariamente libertadora, com que vem envolvida e que o missionário pode inconscientemente impor. Pois, sem o convívio pode ele não perceber no concreto a distinção entre exigências inelutáveis do Evangelho e seus condicionamentos culturais dispensáveis, prescindíveis, ambíguos.

Somente depois que o missionário conseguiu produzir a síntese do dado original evangélico e as perguntas-existência do povo, que está apto para o **terceiro passo da devolução** dos dados captados, agora enriquecidos pela originalidade da Revelação. Este processo não é linear. E sim contínuo. A devolução, por sua vez, reinicia o movimento, proporcionando novas captações. Essas se defrontam com o dado evangélico para novas sínteses e novas devoluções. Esse movimento é o diálogo salvífico. Salva o missionário e o evangelizado. Pois realiza em ambos

a condição imprescindível de toda salvação: ela não se faz sem a mediação do outro, do diferente, do irmão. Para o missionário as classes populares são esse diferente, esse outro, que o provocam salvificamente. E para essas classes o missionário, na medida em que se torna fiel à dupla referência — à Palavra de Deus e à experiência do povo — surge como um diferente, provocando-as à necessária conversão. De um lado, elimina-se o elitismo, tão comum no ambiente dos pregadores. Pois muitos se julgam os únicos conhecedores da Revelação, seus intérpretes oficiais, seus porta-vozes credenciados e autênticos, sem necessidade de novo confronto. De outro, supera-se o mito de que toda a salvação vem das classes populares por elas mesmas, como se já tivessem em si toda a verdade e todo o bem, negando sua condição de “pecadoras”.

O diálogo salvífico salienta a dialeticidade de todo processo libertador, onde o Dado transcendental não se esvazia, nem as condições históricas de um povo são esquecidas.

Nesses três momentos se faz presente a auto-identidade, a auto-consciência, que apontava João Paulo II como fundamental ao diálogo. O religioso, para falarmos mais diretamente do nosso tema, deve manter sua auto-identidade e consciência na tríplice função de captação, elaboração da síntese e devolução. A caminhada de muitos religiosos na A. Latina tem mostrado como eles têm sabido encontrar a maneira concreta de conviver com as classes populares, seus movimentos, suas organizações, a fim de captar-lhes os problemas, necessidades, anseios(20). E



para a maioria deles, este convívio os tem confirmado e reforçado na vocação, aumentando-lhes a clareza da própria missão. Sabem-se mais religiosos após tais experiências de contacto. Esse deslocar de religiosos para os setores populares apresenta-se auspicioso para o esclarecimento do ser e da missão da Vida religiosa. Nesse contacto com as classes populares, eles podem refazer continuamente suas sínteses espirituais e teológicas, enriquecendo-as com os exercícios de captação e devolução. Assistiremos, por causa desse diálogo salvífico dos religiosos com as classe populares, a verdadeiro fazer e produzir de nova teologia de Vida Religiosa, com a autenticidade da vida e da prática.

## **A colegialidade**

Num primeiro relancear, pode-se pensar que o segundo elemento da herança, recolhido por João Paulo II, afete praticamente só à grande Instituição da Igreja e em nada diga respeito à Vida Religiosa. Pois esta já tem uma estrutura de obediência bem definida pelos votos e pela livre escolha de seus membros. A Instituição da Igreja, por sua vez, necessita de responder às necessidades organizativas cada vez mais complexas do mundo moderno. E a colegialidade pode parecer surgir antes de uma necessidade sociológica que de exigência teológica, sobretudo depois das definições solenes do Vaticano I na esteira da tradição católica ocidental, fortemente monárquica no seu governo.

Entretanto, as coisas não são assim tão simples. Não podemos negar que a Igreja, enquanto Institui-

ção, se situa em relação dialética com as estruturas sociais vigentes. Ajuda a produzi-las e é produzida por elas. Ela "se encontra limitada e orientada pelo contexto social, com uma população e com recursos limitados e estruturados dentro de uma determinada forma"(21). Ora o fenómeno do crescimento de participação na vida política das nações, seja de modo intensivo com exigências de sempre novos mecanismos participativos de poder por parte dos cidadãos, seja de modo extensivo no sentido de que cada vez novos grupos sociais conseguem entrar no jogo político, não podia deixar de afetar esta Instituição presente praticamente em todas as partes do mundo. Os seus membros, que no mundo econômico, político e cultural se tornam cada vez mais participantes e colaboradores nas elaborações e decisões importantes de suas nações, começaram a sentir-se mal dentro de uma Igreja, onde eram praticamente passivos, dependentes de projetos e decisões da clericalura.

O fenómeno da "colegialidade" é, portanto, social, cultural. É a versão eclesial da "democratização" dos regimes do Ocidente, sobretudo a partir da Revolução Francesa. Por outro lado, ele acionou a reflexão teológica, que foi encontrar nas Escrituras, no Ensino dos Santos Padres e na prática de muitas Igrejas, sobretudo no Oriente, elementos teológico, além de ser sociológico(22).

Através da colegialidade, os membros da Igreja foram descobrindo a importância da tríplice função sacerdotal, real e profética de cada cristão, pela força do batismo, como explicita o Papa no final da Encíclica. Pelo simples fato de ser batizado,



membro da Igreja, o cristão adquire cidadania eclesial, através da qual se torna responsável pelo existir e pela prática pastoral da Igreja. Essa não é atribuição exclusiva do mundo clerical, ainda que isso tenha sido dito e pensado durante séculos por causa de uma hipertrofia da hierarquia em relação aos simples fiéis.

Essa base teológica manifestou-se de modo vigoroso em vários movimentos precursores e preparadores do Concílio Vaticano II, principalmente o do Apostolado dos Leigos(24). Sob a forma sobretudo de Ação Católica, o leigo ao longo das últimas décadas, anteriores ao Concílio, vinha assumindo cada vez mais papel de destaque na ação missionária da Igreja. A imagem de "braço avançado da hierarquia", apesar de sua imperfeição, já lhe dava grau de legitimidade e oficialidade importantes.

Na A. Latina, vivemos momentos de extrema fecundidade apostólica por parte especialmente da Ação Católica especializada nas formas de JEC, JOC e JUC(25). Em íntima união com esse movimento, desenvolveu-se a mobilização dos fiéis em torno da participação e renovação litúrgica. Ao mesmo tempo, no setor mais estritamente doutrinal, os teólogos empenharam-se em pesquisas de textos bíblicos, patrísticos, litúrgicos, de fontes antigas de nossa fé, em busca de compreensão menos jurídica da Igreja. As categorias "sacramento", "sinal", "mistério" vieram enriquecer a eclesiologia, abrindo-a para novas formas de prática intra-eclesial de organização(26). Nessa encruzilhada teológico-organizacional insere-se a colegialidade.

A irradiação dessa dimensão-herança para dentro da Vida Religiosa faz-se sentir na reestruturação do governo das Congregações e na maior consciência do religioso na função da criação dos novos modelos de Vida Religiosa. Assistimos, neste sentido, a convocações de capítulos, assembleias, reuniões comunitárias em todos os níveis, a fim de deliberar e tomar decisões sobre as estruturas internas da Vida Religiosa e sobre a revisão de suas atividades apostólicas. Além disso, multiplicam-se reuniões, consultas, deliberações comunitárias, no sentido de que todos participem na vida e atividade de sua congregação. Mesmo as Congregações de Constituições e Tradições mais autocráticas e verticais têm-se modificado numa linha de incorporar mais pessoas, e se possível todos os religiosos, na dinâmica de renovação de sua vida interna e das suas obras.

Essas mudanças têm especial relevância para nossas Congregações da A. Latina por diversas razões. Em primeiro lugar, muitas delas têm sua sede generalícia fora do Continente e possuem Conselheiros desconhecedores de nossa realidade ou pelo menos sentem dificuldades de entendê-la. E freqüentemente decisões para grupos trabalhando em nosso contexto são tomadas por esses conselhos, com sérios problemas para a pastoral. Na medida em que a colegialidade atinja a esses níveis generalícios, espera-se que tais decisões cessem. Muitos religiosos, oriundos de segmentos sociais populares que sofreram durante séculos a opressão da escravidão ou de pesada dominação, introjetaram estrutura psicológica de submissão, sujeição. Ora,



as dificuldades e dúvidas que surgem de muitas partes sobretudo no que diz respeito ao risco da confusão das idéias no campo da fé e da moral, ao perigo do indiferentismo religioso ou mesmo a novas rupturas dentro das igrejas. Apesar disso, o Papa crê que é tarefa decorrente da expressa vontade de Cristo e a Igreja não tem por onde arrepiar caminho.

Exatamente como no diálogo salvífico, requer-se fé consciente, aprofundada, responsável, que não se dilua num pan-religiosismo vago, impreciso. Ao lado dessa auto-consciência, faz-se necessária a atitude fundamental de abertura, de aproximação, de disponibilidade para o diálogo, exatamente como vimos ao tratar da primeira herança. Além disso, sustenta o ecumenismo uma busca comum da verdade no seu pleno sentido evangélico, não permitindo que ela seja deturpada por causa de compromissos estratégicos. A honestidade em relação à verdade deve acompanhar todo o caminhar para união dos cristãos.

As dificuldades de tal diálogo podem ser relevantes. Contudo, garantem-nos o empreendimento a confiança na exigência de Cristo da busca da Unidade universal e na presença de sua graça por além das fronteiras visíveis do Corpo Místico. O Espírito de Verdade não está preso aos limites de nenhuma igreja concreta. Deus no-lo dá sem medida (Jo 3,34), derramando-o sobre toda carne (At 2,17; Jl 3,1-2).

O caminho do ecumenismo para os religiosos na A. Latina assume aspectos próprios. Sem desconhecer a importância das discussões estrita-

mente teológicas e doutrinárias, sentimos que a prática da caridade libertadora nos compromissos com os pobres e oprimidos se torna cada vez mais o lugar privilegiado do encontro. É um "ecumenismo brotando da base", porque ele nasce da opção de muitos setores das igrejas pelas classes populares(28). Na luta com e por elas se dá o encontro de comunidades de credos diferentes, mas de prática comum em vista da libertação do povo. A Igreja constrói a unidade a partir de sua missão de evangelização libertadora, ao inserir-se no contexto conflitivo de nosso Continente do lado dos pobres. Todos que estão juntos do mesmo lado terminam por encontrar-se e assim crescer num amor mútuo. Não há melhor base para o diálogo ecumênico que uma base comum de prática, uma mesma opção de libertação. Os problemas teóricos perdem muito de sua virulência e se deixam relativizar pela urgência e relevância de uma prática comum.

Esta é chance inédita e de extrema importância, que nos soa como a "hora" de graça. Como Jesus que durante sua vida sempre estava atento a sua hora (Jo 2,4; 7,30; 8,20; 12,23,27; 13,1; 16,32; 17,7) em espírito de fidelidade ao Pai, a nossa Igreja da A. Latina, e nós religiosos, não podemos deixar passar essa hora privilegiada do ecumenismo a partir da opção pelos pobres, em vista de sua libertação. Ainda que o Documento de Puebla na sua parte doutrinária sobre o Ecumenismo não tenha avançado, contudo ele apresenta amplo campo de diálogo a partir de suas opções fundamentais.



De fato, podemos percorrer uma por uma as grandes opções de Puebla e descobrir nelas espaço para o diálogo ecumênico. A **opção pelos pobres** está no centro. Seu caráter eminentemente bíblico e evangélico fala-nos a todos os cristãos sem distinção de credo. A **opção pelos jovens** exprime realismo apostólico num Continente, onde os menores de 21 anos são a grande maioria numérica. A **opção pela Comunhão e Participação** incentiva-nos a prolongar essa consigna para todos os níveis de nossa convivência humana, desde a dimensão econômica, básica até o nível da fé. A **opção pela libertação** vem dar forma e conteúdo concreto às opções anteriores. A opção pelos pobres só tem sentido se for para sua libertação. A opção pelos jovens pretende precisamente prepará-los para construir uma Sociedade de amanhã liberta das contradições e injustiças da atual. E pela Comunhão e Participação adquire concretude ao delinear-se-lhe a natureza dessa consigna, a saber, criar uma Sociedade onde a Comunhão e Participação seja ao mesmo tempo fruto e causa da libertação. A **opção pela Igreja Particular** e de modo especial pelas **Comunidades eclesiais de base** favorece altamente o ecumenismo, pois nessas células de vida eclesial a proximidade de vida e a prática diária e simples da caridade facilitam o diálogo, fazem cair as barreiras dos preconceitos(29). Nas CEBs acontece uma polarização em torno da fé e do compromisso social. Como o

segundo assume muita importância, ele poderá ajudar a superar as oposições e dificuldades em relação à fé. As outras duas últimas opções do Documento de Puebla, pela **defesa da pessoa humana** e pela **ação junto aos construtores da Sociedade pluralista** na A. Latina, empenham todas as forças vivas do Continente. E os cristãos encontram-se unidos no respeito ao ser humano a partir da visão bíblica e cristológica do homem e solicitados a construir uma Sociedade humana que seja ensaio terrestre e incipiente do Reino de Deus plenamente realizado na Escatologia. A teologia do Reino de Deus, comum às igrejas, ilumina-nos a prática política da construção da Sociedade humana. O Reino de Deus é a grande utopia cristã. E utopia aqui significa uma realidade ainda não realizada, que queremos realizar e por isso motor e motivação de nossa prática. Naturalmente essa tarefa da construção do Reino não é, na sua última raiz, obra humana, mas graça e dom de Deus. Como a graça de Deus se faz a um ser livre e consciente, ela torna-se evento histórico na medida em que há resposta. Por isso, o Reino de Deus é ao mesmo tempo dom e graça e construção humana, iniciativa de Deus e cooperação humana, proposta de Deus e resposta do homem. Esta teologia comum às igrejas cristãs aproxima-nos na tarefa histórica dessa construção e na esperança orante da intervenção de Deus.

## NOTAS

- (1) G. Lambert, *Jubilé hébreu et jubilé chrétien*, em: *NRTh* 82 (1950) 234-251.  
(2) Odil H. Steck, *Die Gesellschaftskritik*

der Propheten, em: *Christentum und Gesellschaft*, Göttingen 1969, 56-58; J. B. Libânio. O profético e o político. Sua referência aos Direitos Humanos, em *REB* 37 (1977) pp. 41-75. (3) R. de Vaux,



Les Institutions de l'Ancien Testament, vol. I. Le Nomadisme et ses survivances. Institutions familiales. Institutions civiles. Du Cerf, Paris, pp. 264-270. (4) G. Lambert, art. cit., p. 234. (5) Paulo VI: Bilan du Pontificat, em: Informations catholiques internationales n. 530, 15 sept 1978; A. Barreiro, A figura carismática de João XXIII e seu programa conciliar de "aggiornamento", em: Síntese 1 (1974, nova fase) n. 2, pp. 21-40; W. Seibel, Johannes XXIII. Der Papst des Übergangs in eine neue Zeit, Würzburg 1964. (6) Paulo VI, Ecclesiam Suam, em: L'Osserv. Romano 10/11 agosto 1964; ver também: REB 24 (1964), pp. 736-766. (7) Instituto Social León XIII, El diálogo según la mente de Pablo VI, Comentarios a la "Ecclesiam Suam", Col BAC, Madrid 1965; K. Rahner, Über den Dialog in der pluralistischen Gesellschaft, em: Schriften zur Theologie, vol. VI, Einsiedeln 1965, pp. 46-58. (8) R. Latourelle, La Révélation comme dialogue dans l'Ecclesiam Suam, em: Greg 46 (1965), 834-9. (9) III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. A Evangelização no presente e no futuro da A. Latina. Puebla: Conclusões (n. 64). (abrev. Puebla). (10) Puebla n. 15s, 1135. (11) Puebla n. 47. (12) Puebla n. 17. (13) Puebla n. 18, 419. (14) Paulo Freire, Investigación y metodología de la investigación del "tema generador", em: C. A. Torres Novos, La praxis educativa de Paulo Freire, ed. Gernika, México 1977, pp. 139-172. (15) M. de Certeau, Cultura e religiosidade popular, em: CADERNOS do CEAS nº 40 (1975), p. 59. (16) Vários, O Sínodo de 1974. A Evangelização no mundo de hoje, Ed. Loyola, São Paulo 1974, p. 10. (17) M. Marzal, Religions populaires d'Amérique du Sud, em: RechScRel 62/3 (1975) 215-

242. (18) Ultimamente os historiadores católicos têm chamado a atenção ao processo de romanização da Igreja no Brasil a partir sobretudo da segunda metade do século passado; R. Azzi, O movimento Brasileiro de Reforma Católica durante o Século XIX, em REB 34 (1974), pp. 646-662; P. A. Ribeiro de Oliveira, Catolicismo Popular e Romanização do Catolicismo Brasileiro, em: REB 36 (1976), pp. 131-141. (19) G. Cristaldi, Evangelização e Cultura, em: Atualização 6 (1975) n. 63, pp. 91-102. (20) CLAR, Experiência latino-americana de Vida Religiosa, col. Clar n. 42, Bogotá 1979, p. 37ss, 69ss, 83s. (21) L. Boff, Características da Igreja encarnada nas classes subalternas, em: SEDOC 11 (1979) col. 827. (22) Y. Congar e coll. La collégialité épiscopale, Paris 1965; J. Lecuyer, Etudes sur la collégialité épiscopale, Lião 1964. (23) Y. Congar, Jalons pour une théologie du Laïcat, du Cerf, Paris 1954. (24) O. Rousseau, Histoire du mouvement liturgique, Lex Orandi n. 3, du Cerf, Paris 1956. (25) José Oscar Beozzo, Les mouvements des universitaires catholiques au Brésil (mémoire) Louvain, Université Catholique de Louvain, 1968, (miméo); L. A. Gomes de Souza, Les étudiants chrétiens et la politique au Brésil, thèse de doctorat du 3ème cycle, Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris 1978, (miméo). (26) G. Baraúna, org., A Igreja do Vaticano II, ed. Vozes, Petrópolis 1965. (27) R. Beaupère, l'Oecuménisme: l'entreprise la plus mystérieuse, em: Bilan du Pontificat, em: Inf. Cath. Intern. n. 530, le 15 sept 1978, pp. 21-24. (28) J. Pereira Ramalho, Ecumenismo brotando da base, em: SEDOC 11 (1979) col. 842-845. (29) J. Comblin, As comunidades como lugar de experiências novas, em: Concilium n. 104 (1975) n. 4, pp. 457-465.



# EVANGELIZAÇÃO, MISSÃO DO RELIGIOSO NA ESCOLA

*A Vida Religiosa sofre da primazia das estruturas sobre o ser e a missão. As estruturas esmagam a capacidade significativa da VR, com peso desproporcional, que aniquila a força do carisma. A eficiência prevalece sobre o testemunho despojado. Urge superar também esta concupiscência das instituições.*

**Pe. Lauro Palú, CM**

Rio de Janeiro, RJ

O II Seminário Nacional de Educação sobre a Evangelização como Missão do Religioso na Escola foi promoção conjunta da CRB e da AEC do Brasil. Foi preparado e coordenado pelo Grupo de Reflexão sobre Educação (GRE Nacional da CRB). A organização do Seminário começou na reunião mensal de fevereiro (dia 19) e foi o tema das reuniões de 26 de março, 22 de abril, 21 de maio, 25 de junho e 6 de agosto.

## **Objetivos gerais do Seminário**

1. "Examinar e aprofundar a MISSÃO de Religiosos e Religiosas no campo de Educação Sistemática e em concreto através da "mediação Escola", para discernir a fidelidade dos mesmos à Proposta Educativa da Igreja e ao Projeto de Vida Religiosa hoje."

2. "Promover o intercâmbio e conhecimento de experiências de comunidades religiosas que tenham o Colégio 'como lugar e prática da

concretização da Missão Evangelizadora do Religioso', para servir de inspiração e estímulo a quantos se sintam chamados a cumprir sua missão neste campo de apostolado."

## **Objetivos específicos**

1. "Intercambiar experiências de Comunidades Religiosas que têm o Colégio como prática da Missão Evangelizadora, em vista de destacar os pontos originais e essenciais dessas mesmas experiências."

2. "Criar condições de análise dessas experiências, a fim de discernir, à luz da Proposta Educativa da Igreja e do Projeto de Vida Religiosa hoje, os avanços e desafios, assim como os possíveis questionamentos e contradições."

3. "Deduzir, a partir de todo o quadro anterior, as Linhas de Força da Comunidade Religiosa que busca no Colégio a prática da Missão Evangelizadora na Igreja."



## **Tipos de experiências selecionadas**

Os critérios para a seleção de experiências foram os seguintes:

— Experiências animadas por Religiosos como principais responsáveis.

— Experiências significativas, isto é, que constituam um avanço à luz da Missão Evangelizadora dos Religiosos e da Proposta Educativa da Igreja.

— Experiências diversificadas e representativas em vários níveis: nível de regiões do Brasil, nível local ou provincial, diversidade de carismas.

## **Crônica do Seminário**

O Seminário se realizou na Fazenda dos Irmãos Maristas, em Mendes, Estado do Rio, de 20 a 25 de setembro de 1981.

A abertura foi às 15,00 horas, com a invocação do Espírito Santo. A sessão inaugural foi presidida por Dom João Batista Przyklenk, Bispo de Januária e Representante da CNBB, pelos Padres Décio Teixeira, SDB, Presidente da CRB, e Agostinho Castejón, SJ, Presidente da AEC do Brasil, e pela Irmã Margarita Gutiérrez Jaramillo, Representante da CLAR.

Pe. Décio saudou os participantes, desejando bons frutos no trabalho. Historiou o surgimento, a finalidade e realizações anteriores do GRE Nacional, planejador e orientador do Seminário, e lembrou os objetivos da reunião. Apresentou os

membros do GRE, Irmão Joaquim Panini, FMS, Irmãs Neil Pimentel, FC, Maria das Graças de Souza, FMA e Sali Romana Ritter, ND e Pe. Lauro Palú, CM, Pe. Aloizio Penna, SJ. E apresentou também os Assessores, Padres Carlos Palácio, SJ e Agostinho Castejón, SJ, além do Pe. Hugo de Vasconcelos Paiva, CM.

Pe. Agostinho Castejón destacou a importância do papel dos Religiosos como Educadores, e chamou a atenção para os problemas sociais, econômicos e políticos da conjuntura nacional, que cabe enfrentar com coragem e lucidez.

Dom João B. Przyklenk lembrou que veio como responsável pelo setor Vida Consagrada, da Linha 1 da CNBB. Citando os textos do Conc. Vaticano II, acentuou a importância de os Religiosos levarem à Educação a força e as bênçãos de seu carisma apostólico e evangelizador, inserindo-se na missão da Igreja, pela pastoral de conjunto. E urgiu a prática das recomendações do Episcopado Latino-Americano (Medellín e Puebla), segundo as quais ou a Educação é libertadora e evangelizadora ou não será católica. E terminou afirmando que a CNBB precisará apoiar mais forte e diretamente os Educadores Católicos, sobretudo os Religiosos.

Ir. Margarita G. Jaramillo agradeceu o convite para participar, em nome da CLAR, e se propôs a escutar com atenção e fidelidade o que se exporia no Seminário. A seguir, Irmã Maria Vilani Rocha de Oliveira, FHIC, Secretária Executiva da CRB, apresentou os participantes, vindos de 19 Estados e pertencentes



a 59 Congregações (10 masculinas e 49 femininas), num total de 35 Religiosos e 116 Religiosas.

Ir. Joaquim Panini, coordenador do Seminário, indicou a dinâmica a seguir e apresentou as três Províncias e os seis Colégios encarregados de expor suas "experiências". Durante a semana se fizeram a **descrição das experiências**, a **análise delas** (precedida pela elaboração de um instrumental de análise) e se traçaram as **linhas de ação e perspectivas** para as Províncias, os Colégios, as Regionais da CRB e as Seccionais da AEC.

### **Primeira parte:**

#### **descrição das experiências**

A descrição das experiências ocupou o resto da tarde e praticamente todo o dia 21. Foram apresentadas três Províncias: Província Sul-Brasileira dos Jesuítas, pelo Pe. Raimundo Kroth; Província do Brasil da Congregação das Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino, pela Irmã Almerinda dos Anjos; Província Marista de São Paulo e Paraná, pelo Prof. Floriano Tescarollo. Houve depois um painel em que os três responderam a questões formuladas por escrito pelo plenário.

Foram apresentados a seguir seis Colégios: Colégio N. S. das Graças, de Fortaleza, pela Irmã Lucila Porto, Filha do Coração Imaculado de Maria; Colégio Santa Cruz, de São Paulo, pelos Proefssores Luiz Antônio do Amaral e Flávio V. di Giorgi e pelo Pe. Joseph V. Richard, da Congregação da Santa Cruz; Colégio Anchieta, de Porto Alegre, pelo Pe.

Ignácio Justen, SJ; Centro de Estudos do Menor e Integração da Comunidade (CEMIC), de Lins, SP (Faculdade Auxilium), pelas Irmãs Dilza Maria Moreira e Maria Nilda Rangel, Salesianas; Colégio Santa Maria, de São Paulo, pela Irmã Mary Elizabeth (Benjamin) Bednarck, da Congregação da Santa Cruz; e, por fim, o Colégio Salesiano Sagrado Coração, de Recife, pelo Pe. Raimundo Benevides, Salesiano.

Também estas apresentações foram seguidas de um painel, em que os expositores responderam a perguntas feitas por escrito por participantes do Seminário.

As descrições seguiram uma pauta, comportando uma pequena caracterização (local — urbano ou rural, — origem da experiência, tipo da Igreja local, destinatários e agentes da experiência, duração dos trabalhos descritos), sua finalidade, o processo histórico da caminhada já feita, o papel dos Religiosos na experiência, as conclusões (em forma de balanço, ponderando os fatores favoráveis e adversos, os pontos originais e essenciais da experiência e as suas projeções quanto ao futuro e, por fim, a viabilidade de a experiência ser vivida por outros Colégios ou Províncias).

Houve grupos de estudo, para destacar os pontos essenciais e originais dessas experiências. A síntese das conclusões dos grupos foi estudada em particular, debatida em grupos espontâneos, comentada e completada em plenário e, finalmente, foi objeto das ponderações dos Assessores: Pe. Carlos Palácio, SJ, enfocou os aspectos teológico-espirituais; Pe. Agostinho Castejón, SJ,



considerou os aspectos pedagógico-pastorais; Pe. Hugo Paiva foi substituído pelos Pes. Geraldo Boniatti, Josefino de Murialdo, e Raimundo Kroth, SJ, que aprofundaram o aspecto sociológico.

Os pontos essenciais e originais foram reunidos à volta de tópicos básicos, como as **fontes de onde partiram as experiências** (a atenção à realidade, aos Sinais dos Tempos, a fidelidade ao Evangelho e às orientações da Igreja universal, latino-americana e brasileira, à fidelidade ao Fundador), a **dinâmica das experiências** (o fato de todas terem empreendido as atividades como processo, a metodologia inspirada na do Departamento de Educação do CELAM — com o Marco Referencial, o Diagnóstico, a elaboração de um Plano de Ação, a Transferência dos Resultados aos que não participaram do processo ou também são seus destinatários —, os Agentes e os Destinatários das experiências), as **atitudes dos Educadores** (a coragem de assumir riscos, a superação do isolamento entre as Congregações, e, sobretudo, a esperança unânime quanto ao futuro).

Pe. Palácio destacou dois pontos: 1) **Os elementos que podem ajudar uma experiência de Deus** e indicar onde e como se deve reestruturar a Vida Religiosa. P.ex., a **itinerância** (o pôr-se e sentir-se em caminhada, em processo), a **tensão**, o **conflito**, as posições irreconciliáveis, o **pluralismo de posições** (a consciência eclesial não podendo hoje recuar de certas conquistas do Povo de Deus), o **risco** que enfrentamos na experiência histórica de morrer e ressuscitar (ver onde a Vida Religiosa e as obras

estão morrendo e ressuscitando, hoje).

2) **As coisas não ditas**, dadas por evidentes, mas **que não podemos deixar de lado**: o que significa ser Religioso hoje? A partilha do carisma com os Leigos ajuda a ver nosso lugar no Povo de Deus? Por que os Jovens não estão querendo ser Religiosos? Por que os Religiosos estão diminuindo em número? Como conciliar o Projeto de Vida Religiosa e o estilo como a vivemos?

Há outros problemas: o conflito entre o ser e o fazer, a missão e as obras; a diferenciação dos carismas que acabam, entretanto, desembocando em obras tão iguais. E estas questões: Como fazer emergir um Projeto de Vida Religiosa que seja significativo em si e não em razão da eficácia do que produz? O que é mais importante: os passos dados ou a mudança que está se operando? A situação descrita nas experiências é questionamento profundo e global da Vida Religiosa? Ou será só a ocasião de melhorar tecnicamente os Colégios? Há participação na consciência eclesial de hoje, ou só nos apropriamos de uma determinada linguagem mais sugestiva, mais renovada? A consciência eclesial não são os documentos dos Bispos mas a consciência do Povo de Deus, que os Bispos devem captar e expressar. Op-tar pelos Pobres, p. ex., significa a Igreja ser posta de lado, na sociedade, não ter meios de agir, como os Pobres, não usar a força institucional. Seu poder é a veracidade e autenticidade do Evangelho. Isso leva a mudar o modo como a Igreja entende sua missão no mundo: Missão não significa atividades e obras, mas presença.



Pe. Castejón tocou nestes pontos: 1) Alguns Colégios entraram em processo de planejamento que permite evangelizar na escola ou só aplicaram a tecnologia educacional? Houve um objetivo autêntico de evangelização ou só se tranquilizaram as consciências? 2) As experiências parecem ter sido feitas mais em função da escola (até para ser evangelizadora) do que dos Religiosos. Por isso, não agimos como transformadores, mas vamos sendo levados, reagindo às imposições dos fatos. 3) Que ideologia está por trás da renovação desses Colégios que se apresentaram? Renovação em função de quê? Houve atenção à ideologia que continua (ou passou) a ser transmitida no currículo total, na metodologia, nos conteúdos, nos relacionamentos, nos valores reforçados? 4) O que já fizemos, como fruto da educação libertadora, para transformar a Vida Religiosa? E o que precisamos fazer, como Religiosos, para nossa educação ser libertadora?

Pe. Geraldo Boniatti perguntou-se o que será necessário modificar nas estruturas internas, para ajudar de fato os Religiosos. O que em geral ocorre é que pensamos segundo um tipo de visão da História construída a partir da Transcendência, mas **usamos** as teorias da visão da História construída a partir de homens da própria História (sem recurso ao Transcendente), e **nos servimos do aparelho ideológico do Poder**, fruto de uma terceira concepção e prática da História, enquanto construída a partir de um grupo que se apoderou do Poder. É um evidente descompasso pensar segundo um esquema, usar teorias de outro e servir-se

da aparelhagem de um terceiro. (Cf. para este ponto, as teorias de Ricardo Antoncich, SJ.)

O lugar que os Religiosos ocupam na pirâmide social é entre os 20% (1%) e dos ricos (4%), e acima dos proletários (30%) e subproletários (50%). Temos segurança econômica, afetiva, de saúde, e mais chances de aculturar-nos. Como nosso pensar, embora dito evangélico, é feito a partir de instituições forjadas pelo sistema, é muito difícil fazermos uma opção pelos Pobres, pelo Povo. É preciso ouvir o Povo, reaprender dele.

Os sistemas sociais opressores têm seus mitos (dinheiro, status, etc.), que exigem ritos concretos e sacrifícios (trabalho, vida, salários baixos, etc.). Nosso **Mito**, nosso centro de atenção, Deus, exige **ritos**, mas ritos que levam a um **compromisso**, o de construir a fraternidade (reagindo contra as exigências do sistema sócio-político e econômico).

Mais que conscientizar (às vezes a partir de quadros de referência propostos como bons pelos sistemas opressores), precisamos de **decodificar** as imagens e mensagens e outras manifestações do sistema sócio-político-cultural, destrutoras da dignidade humana. Decodificar o aparelho ideológico, para recuperar a imagem da pessoa, desfigurada em tantos milhões de homens, tendo em vista a imagem da pessoa como aparece no Evangelho.

Na mesma linha, Pe. Raimundo Kroth lembrou que a escola veicula espontaneamente os valores do sistema, pois foi pensada e criada para fazê-lo. Só a consciência crítica pode



opor-se a este atrelamento, se lutar contra a força de cooptação do sistema (a dissimulação e a inculcação ideológicas, que podem ser disfarçadas, formas de sedução, ou violentas). Cf. o livro **As Belas Mentiras**, sobre as ideologias nos livros-textos. Sem romper as ambigüidades, contestaremos o opressor e continuaremos sentindo sua sedução.

Para quem assume a ótica do Pobre, é suficiente uma conversão pessoal (sem mudanças coletivas ou estruturais)? É possível vivenciá-la em profundidade, sem uma articulação permanente com pessoas ou situações que se movimentam em busca de situações mais fraternas, sem um **banho de Povo**?

## **Segunda parte: análise das experiências**

Toda a tarde do dia 22 foi dedicada a buscar os princípios fundamentais para um "Projeto de Vida Religiosa hoje, na educação evangelizadora, à luz do carisma". Em três grandes grupos, com os Assessores, os participantes prepararam as sínteses que serviram, no dia 23, para cada um conhecer o pensamento de todos. Cada grupão estudou as contribuições dos outros dois, sendo as conclusões apresentadas em plenário, o que serviu para se ter uma visão de conjunto dos aspectos teológicos, sociológicos e pedagógicos.

Não se pretendeu fazer um elenco exato e exaustivo de princípios, mas, antes, um levantamento de elementos para um Projeto de Vida Religiosa. Assim, **no aspecto teológico**, destacou-se: Tomar consciência dos condicionamentos que ainda entravam a Vida Religiosa; — confrontar

a experiência tradicional da Vida Religiosa com os aspectos novos ou as exigências atuais desta mesma vida; — refazer a unidade fundamental entre vida e missão, entre missão e obras, como modo original de ser na Igreja; — criar capacidade de discernimento permanente sobre a adequação entre Projeto evangélico e sua encarnação em nossa vida. **No aspecto sociológico**, destacou-se que a mudança de lugar social é uma condição que favorece ao Religioso a vivência da opção pelos Pobres, em seguimento de Cristo; — exigem-se a análise crítica da realidade e o confronto com o carisma do Fundador, como base da inserção do Religioso no meio em que vive; — para ser agente de transformação da Sociedade, o Religioso precisa ouvir o apelo do Povo e assumir sua causa; — exigem-se reação contra o consumismo e o materialismo, e é preciso o comprometimento com os marginalizados; — é pela vivência de relações fraternas entre si e com todos que os Religiosos anunciam e testemunham o verdadeiro sentido da Sociedade e contestam as formas de dominação econômico-político-cultural. E, **no aspecto pedagógico-pastoral**, destacaram-se estes princípios: Implantação de estruturas que valorizem o ser humano e possibilitem maior comunhão e participação de todas as pessoas envolvidas; — utilização de conteúdos e métodos que levem à formação de uma consciência crítica com base na realidade social e no desenvolvimento da criatividade; — desencadear um processo de educação evangelizadora que leve a uma fé comprometida com a luta do Pobre; — utilizar um instrumental de ensino e desenvolver um relacionamento interpessoal que



leve a educação na e para a justiça.

Verificou-se a esta altura uma dificuldade de compreensão dos objetivos do Seminário, cujos trabalhos pareceram distanciar-se da Escola, que fora o assunto das atividades iniciais. Depois do esforço comum, esclareceu-se que o objetivo desta fase era “explicitar os elementos de análise, para ver nosso ser religioso cumprindo sua missão evangelizadora, na escola”.

Com o instrumental assim produzido, foi feita, nos três grandes grupos, com os Assessores, a análise das experiências das Províncias e dos Colégios, para destacar os **avanços** conseguidos na caminhada, os **desafios** ou impasses que ainda persistem e os **questionamentos** que estimularão novos esforços e indicarão novos rumos na caminhada. As sínteses, estudadas depois por todos, em grupos de apoio, foram enriquecidas, corrigidas e melhoradas. Destacou-se muito a riqueza dos questionamentos que, afinal, afloraram com mais coragem atingindo os vários setores da Vida religiosa e sua organização.

Entre os **avanços**, foram citados a prática mais coerente de Medellín e Puebla; — as comunidades religiosas se engajarem como comunidades de serviço; — o apoio aos Religiosos Educadores, por parte da CRB e CNBB e das Províncias, numa base de pastoral de conjunto, de corresponsabilidade e solidariedade; — a educação feita a partir da ótica dos Pobres e a percepção de que os Pobres nos evangelizam; — o questionamento das estruturas e a atenção prioritária dada às pessoas; — a desativação dos sistemas de educação

competitivos, para criar mais participação e comunhão; — o esforço de articular educação e vida; — a mudança de conteúdos programáticos, em vista da consciência crítica, cujo crescimento se traduz em atitudes de compromisso comunitário e social; — procura e denuncia das causas dos problemas sociais, correndo-se riscos por causa do compromisso com a justiça.

Alguns **desafios** básicos são estes: — viver um projeto evangélico dentro de estruturas antievangélicas (p. ex., as do legalismo que mata a justiça, a burocracia na educação, os sistemas competitivos, a natureza empresarial da escola, nosso próprio modo de vida, desvinculado da realidade do Povo, a sociedade capitalista, as ideologias veiculadas nos Meios de Comunicação Social); — em outras palavras, é um desafio querer libertar sem estar liberto, sem vencer a incoerência entre discurso e prática, entre a palavra e a vida, entre o projeto comunitário e os apelos da realidade; — outros impasses: superar a insensibilidade das Famílias, engajar todos os Religiosos da Comunidade, sintonizar a Província com a escola em processo; — identificar claramente os objetivos da Escola Católica e do Religioso Educador; — a rotatividade dos Religiosos e dos Professores leigos, que dificulta continuar o processo; — não é fácil “comprar” a causa da libertação do Povo; — a estrutura econômica da escola impede melhores realizações (investir mais na formação de pessoas e no processo educativo, cortando outras despesas).

Alguns dos principais **questionamentos** foram retomados nas colo-



cações dos Assessores, resumidas a seguir.

a) Pe. Agostinho Castejón chamou a atenção para o objetivo do Seminário, que não era escrever mais um documento e sim traçar novos rumos. Os avanços, desafios e questionamentos lhe pareceram ainda superficiais, sem chegarem à ser estruturais. Nas conclusões do Seminário e na prática posterior, será necessário unificar os aspectos teológicos, sociológicos e pedagógicos, enfocados em separado só por método. Chamou a atenção para o perigo de só alterarmos nossa linguagem e às vezes até a prática superficial, sem mudarmos de fato de mentalidade, de concepção. É por isso, como exemplo, que os problemas sociais repercutem tão pouco dentro dos Colégios. Ao passo que uma convivência maior com as classes populares e a participação nas suas lutas ajudariam muito nossa conversão pessoal e comunitária, nossa opção efetiva pelos Pobres. (Indicou aos participantes seu artigo "Educação Popular e Educação Escolar: Confronto e Articulação", na Revista da AEC do Brasil, nº 40, p. 3-20).

b) Pe. Raimundo Kroth questionou profundamente a incoerência entre o discurso e a prática, chamando a atenção para a dificuldade e a importância, ao mesmo tempo, de se desvelarem as ideologias e outras motivações que de fato animam e comandam nossa prática.

A Escola, p. ex., como mediação de nossa missão evangelizadora, não representa mais, hoje, tal como está, o mesmo de há dezenas de anos. Se nos fixamos numa perspectiva já ul-

trapassada ou numa prática contestada por ineficiente ou cooptada pelos sistemas de dominação, ficam evidentes as razões da crise de identidade, da dualidade das imagens de nossas escolas (a imagem real aparecendo não em nossas palavras ou prospectos, mas nas incoerências do dia a dia), e também as razões de os jovens religiosos recusarem trabalhar em escolas, optando por mediações mais diretas, menos controversas, mais evangélicas. Do mesmo modo, se as escolas nos esgotam os Jovens não verão em nós uma imagem atraente de apóstolos de Cristo, e impossibilitamos uma pastoral vocacional.

Por fim, lembrou que meias medidas, mudanças e reformas serão insuficientes para chegarmos à Fraternidade, que só será possível como fruto de uma revolução.

c) Pe. Geraldo Boniatti indicou o sentido desta revolução, mostrando as relações sociais que nos envolvem, seus frutos e seus mecanismos de reprodução e perpetuação.

Como Cristo se situou num tempo e num espaço, numa História do Homem, e se situou claramente do lado do oprimido, do fraco, assim nos caberá enfrentar diretamente as **relações econômicas** que gera o **ter** e se perpetuam pelo **concentracionismo**, se criarmos condições de prática da **partilha**; enfrentar as **relações políticas** que geram o **poder** e se perpetuam **afastando os agentes da participação**, se de fato buscarmos criar estruturas de antipoder, isto é, de **participação**; enfrentar as **relações ideológicas** que geram o **saber** e suas forças e se perpetuam por **doutrinas como a da Segurança Nacional**, se



de fato vivermos **em comunhão**. Somente assim não estaremos reproduzindo o próprio sistema opressor e realizaremos o Reino da fraternidade que nossa vocação anuncia e testemunha.

d) Pe. Carlos Palácio, por fim, mostrou a conexão e as relações subjacentes entre os aspectos teológico-espiritual, sociológico e pedagógico-pastoral. Há convergências significativas em cada parte.

**Na parte teológica**, os vários grupos mencionaram missão, carisma, identidade, consciência das contradições em que vivemos, o modo de os Governos Provinciais assumirem as experiências; também a consciência eclesial, que repercute na vida e nas experiências, a partir do fato de que a Igreja se mudou por dentro, por força do Espírito Santo, pela volta aos Pobres.

**Na parte sociológica**, os grupos insistiram na consciência crítica, na opção pelos Pobres, nas estruturas que condicionam a Vida Religiosa e a prática de uma educação evangelizadora: escola-empresa, ideologias dominantes, etc.

**Na parte pedagógico-pastoral**, viu-se que houve passos concretos na consciência, na organização e ordem das casas, etc., mas também se percebeu que foi um avanço mais técnico, e a técnica tem sido rebelde, não parece estar sendo útil como instrumento de evangelização.

Uma "psicanálise" do texto revela que estas convergências são pontos de estrangulamento, de aperto (angústia), para a Vida Religiosa. As saídas só poderão ser encontradas à luz de uma **teologia parcial**, que en-

foque os verdadeiros centros estratégicos vitais da Vida Religiosa, que são, no momento dos problemas (e não, em geral, ou não, necessariamente, os pontos essenciais, segundo uma teologia "ortodoxa", sistemática).

O forte do texto das análises são os questionamentos, p. ex., sobre o problema vocacional: "Por que não surgem vocações em nossos Colégios?" "Por que os Religiosos jovens não querem trabalhar como educadores?" Mas há uma ambigüidade nestas perguntas, pois o que deveremos descobrir é isto: Por que não estamos evangelizando, de fato, em nossos Colégios?

A **ótica dos Pobres** foi uma das convergências, do ponto de vista teológico e sociológico. Os Pobres, de fato, nos evangelizam, e a Vida Religiosa está sendo obrigada a renovar-se pelas exigências dos Pobres. Se não descobrirmos os valores dos Pobres, condenamos à morte o Projeto da Vida Religiosa. Optarmos por viver os valores dos Pobres significa desmontar a Vida Religiosa e o modo como a estamos vivendo. Também se desmontará o projeto dos Educadores que não estão vivendo isso. Será necessário, sem culpar ninguém, ter lucidez e coragem para enfrentar esses problemas, sem paliativos, pois a educação só terá sentido se formos de fato evangelizadores. Os esforços só serão frutuosos dentro desse enfoque fundamental.

A inter-relação dos aspectos teológicos, sociológicos e pedagógico-pastorais leva a enfrentar dois pontos básicos:



## **1) Que lugar a Vida Religiosa ocupa na Igreja?**

Não se considera, hoje em dia, que os Religiosos façam parte da hierarquia. É necessário compreender e pensar a Vida Religiosa a partir dos problemas e angústias reais do Povo de Deus. Como consequência, a Vida Religiosa se justifica e se compreende na Comunidade Eclesial a partir do que testemunha e não do que faz. Se, na Comunidade Eclesial, a força do Espírito nos desloca para o Povo, é aí que a Vida Religiosa deve refazer-se. Sabemos o que o Evangelho pede. O que falta é a coragem de vivê-lo.

## **2) Que lugar ocupamos na Sociedade?**

Nosso lugar na Sociedade era marcado pelas obras que fazíamos na área da saúde, da educação, etc. Era assim que a Sociedade nos identificava e aí delimitava campos para nós. Remunerava-nos por nossos serviços, e, com isso, nos tirava toda força contestatória, como a servidores do sistema. Hoje, estes serviços (saúde, educação, etc.) vão sendo cada vez mais assumidos pelo Estado, deixando-se os Religiosos na inutilidade. Precisamos redescobrir nosso lugar na Sociedade.

A Vida Religiosa sofre da primazia das estruturas sobre o ser e a missão. As estruturas esmagam a capacidade significativa da Vida Religiosa, com peso desproporcional, que aniquila a força do carisma. A eficiência prevalece sobre o testemunho despojado, e é necessário inverter esta situação, superar também a "concupiscência das instituições", que tanto são capazes de afogar o caris-

ma como resistem a converter-se e a morrer.

## **Terceira parte: perspectivas de ação**

Após a análise das experiências das Províncias e Colégios, e sobretudo do questionamento agudo feito pelos Assessores, 15 grupos estudaram as reestruturações pessoais e comunitárias que deverão ser feitas numa comunidade religiosa que é enviada a cumprir sua missão evangelizadora na escola.

A síntese dos relatórios foi reestruturada, dia 25, pela manhã, sendo grandemente enriquecida pelas contribuições dos participantes. Sobre tudo se chamou a atenção para a necessidade de destacar mais a parte emocional e afetiva dos religiosos, bloqueada desde a formação. Nisto, entretanto, será preciso discernir os autênticos valores humanos e evangélicos, sem assimilarmos os chamados "valores" do sistema capitalista, que contaminam e podem viciar a organização da Vida Religiosa pessoal e comunitária.

Oito grupos, formados por Regiões ou Estados do Brasil, debateram as perspectivas de ação para as Províncias, a CRB, a AEC do Brasil e para os participantes do Seminário (no âmbito dos Regionais da CRB e das Seccionais da AEC).

## **Encerramento**

O encerramento do Seminário foi feito através de uma avaliação por escrito, comentada e ampliada depois em plenário. Houve o agradecimento de todos à CRB e à AEC do



Brasil, que patrocinaram o Seminário, à CNBB, que o apoiou, ao GRE Nacional, que o preparou e dirigiu, e, em especial, ao Ir. Joaquim Panini, que coordenou os trabalhos. E um agradecimento a todos, pela par-

ticipação intensa. A ação de graças a Deus foi feita na missa de encerramento, presidida pelo Pe. Décio Teixeira, Presidente da CRB. A missa foi celebrada como um **envio à missão**, e nos enriqueceu com a bênção dos evangelizadores.

---

## **Espanto e perplexidade diante de tantos que deixaram a vida religiosa**

Há dois aspectos que não podem escapar na análise do fenômeno. Toda a formação religiosa há até bem pouco tempo enfatizava unilateralmente a educação para a pureza. Apoiada em seu isolamento do mundo e dos homens, forte em sua estrutura, a vida religiosa encontrou inúmeros recursos defensivos para salvar a pureza sem aprofundar bastante o nível pessoal da opção pela castidade assim vivida. Quando se debilitaram as estruturas de outros tempos, quando os meios de comunicação sobretudo visual romperam os diques defensivos, quando se intensificou o relacionamento entre as pessoas, religiosos capazes de uma pureza real, descobriram-se equivocados quanto à natureza de uma vida que não respondia a uma opção sua. A experiência de governo religioso nos últimos quinze anos deixa fora de dúvida que, na raiz de muitas saídas, não está um problema de pureza, mas o fato bem mais fundamental e decisivo de carência ou equívoco quanto à opção pessoal e esclarecida por esta forma concreta de vida em castidade consagrada. Em muitos casos, a solução tinha que ser a reorientação da própria vida aproveitando e valorizando mesmo um potencial que não conseguira desabrochar pela falsa posição em que existencialmente se encontrava a pessoa.

Não é menos certo que a formação para a vida religiosa superestimou o mero instrumental espiritual para a solução de problemas de fundo que envolviam a totalidade psicossomática da personalidade. Isto permitiu manter na vida religiosa pessoas cheias de boa vontade e/ou extraordinários medíocres. Uns timbrando pelo voluntarismo espiritual e ascético em superar insuperáveis situações de vida, num heróico esforço de fidelidade. Outros carregando numa inércia confortável, a incapacidade crônica para qualquer coisa. Uns e outros são ineptos para a missão e certamente não foram chamados por Deus para a vida religiosa, embora mantidos nela por si ou por outros, num dramático equívoco de existência.

Questões candentes como esta, Você encontra expostas da forma mais transparente e lógica em **OS RELIGIOSOS: VOCAÇÃO E MISSÃO. UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL**, do Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ, já em terceira edição ampliada e melhorada. A partir de janeiro de 1982, Você encontra na CRB Nacional e na sua CRB Regional.



# O DEFICIENTE FÍSICO TAMBÉM É NOSSO IRMÃO

*Só pelo amor se constrói a pessoa.  
Se isso vale para todos,  
vale particularmente para os marcados  
pelo sofrimento e pelas mutilações físicas e mentais.*

**Pe. Pedro Dalle Nogare, SJ**  
Salvador, BA

O ano em curso, 1981, proclamado pela ONU o ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES, nos desperta para um problema que — a nosso modo de ver — não toca bastante, pelo menos quanto seria de esperar-se, a opinião pública, e talvez nem sensibilize suficientemente os cristãos e religiosos. Tem-se a impressão que se trata de casos isolados e, portanto, negligenciáveis frente à magnitude e gravidade de outros problemas que afligem a humanidade.

Felizmente, não é do mesmo parecer a ONU (Organização das Nações Unidas) que, além de dedicar este ano aos deficientes, promulgou uma Declaração de seus direitos; nem o é a Santa Sé, como o prova o Documento por ela difundido em março deste ano (Cf. **Sedoc**, vol. 13, pp. 1.204 e ss. e **L'Osservatore Romano**, Edição portuguesa, de 22.03.81) em apoio às iniciativas da ONU neste assunto. Efetivamente vale a pena preocupar-se com o pro-

blema. Pense-se que o número das pessoas deficientes no mundo inteiro calcula-se que ultrapasse os 400 milhões e só no Brasil uns 16 milhões. Hilário Cristofolini, padre, que na sua cadeira de rodas, torna-se escritor, jornalista, locutor de rádio e TV e que, viajando pelo mundo afora, deu uma grande contribuição para uma sensibilização da opinião pública pelos deficientes, escreve em seu livrinho "Rodapé" (São Paulo, Edições Paulinas, 1980, p. 110): "A Região Metropolitana de São Paulo possui 1 milhão de deficientes. Na Cidade de São Paulo, por dia, 25 pessoas tornam-se deficientes, tendo por causas, dentre outras, os acidentes automobilísticos, de trabalho, etc. E pior do que isso, sabe-se que 90% dos paraplégicos não têm condições financeiras para pagar consultas médicas, diárias hospitalares, aviamento de receitas, compra de cadeiras de rodas, aparelhos ortopédicos, tratamento de fisioterapia, etc."



O problema, portanto, é grave, e merece atenção de nós religiosos. Aqui nos limitamos a tratar explicitamente do deficiente físico; mas, feitas as devidas adaptações, os mesmos princípios e indicações valem também para os deficientes mentais. Num certo sentido, a situação deles é mais trágica, seja porque sua deficiência é mais profunda, seja porque, por um triste conjunto de fatores sociais, costumam despertar menor compaixão e ficam mais abandonados do que os deficientes físicos.

Nossa exposição se dividirá em duas partes: na primeira, tentaremos esboçar a personalidade do deficiente físico ou excepcional, como comumente é chamado no Brasil; na segunda, indicaremos o posicionamento e as atitudes morais que cada um de nós deve — a nosso modo de ver — assumir diante dele.

### **A personalidade do deficiente físico**

Com efeito, para poder descrever o menos imperfeitamente possível o posicionamento de uma pessoa frente a outra pessoa ou categoria de pessoas, a condição preliminar indispensável é conhecê-la, quanto é possível. Evidentemente não se trata aqui de fazer um retrato das diversas espécies de deficientes físicos e suas manifestações. Mas determinar quem são eles em geral, quais as características que acompanham sua situação especial.

Pois bem: parece-me que neste sentido devemos realçar sobretudo três aspectos:

1) O excepcional é **pessoa humana perfeitamente como todos os outros**. Conseqüentemente sob este aspecto é incorreto chamá-lo de excepcional. Como pessoa humana não difere em nada dos outros, não é nenhuma exceção. E não é pouca coisa ser pessoa humana. Permitam aqui uma rápida e superficial apresentação dela.

a) Na perspectiva científico-filosófica a pessoa humana é **o ser mais perfeito do universo**, isto é, infinitamente superior a qualquer outro ser — mineral, vegetal, animal — e isto em virtude de sua racionalidade. Por sua racionalidade ela tem **consciência de si**. Raramente os profanos conseguem medir a importância deste fato, de ter o homem consciência de si. Mas ao pensador, que considera atentamente as coisas, far-se-á manifesto que toda a longa litania de privilégios do homem, nasce, fundamentalmente, desta consciência. O homem fala, ri, progride, cria, torna-se artista, herói, santo, em virtude de ter consciência de si, de poder dizer: eu. Só a pessoa diz: eu. É também por esta consciência que ela chora, se aborrece, impreca, tem sofrimentos, angústias, agonias, que nenhum animal conhece. E é por este privilégio que se torna às vezes brutal, imoral, cruel mais do que as bestas. Pode-se dizer que a consciência de si, o poder de refletir sobre si mesmo, é a fonte de toda a nobreza da pessoa. E o deficiente físico possui esta consciência de si, e às vezes mais profunda do que os outros, justamente pela sua condição.

Também pela racionalidade a pessoa humana possui **uma certa infi-**



**nidade no campo do conhecimento.** Sua inteligência não conhece limites ou barreiras: nada daquilo que existe ou pode existir é inatingível por ela, nada que, proposto de forma conveniente, ela não possa conhecer *i m e d i a t a* ou mediatamente, direta ou indiretamente, própria ou analogicamente. Sem *d ú v i d a*, há objetos mais adequados à sua capacidade, mas, absolutamente falando, nenhum deles está fora de seu alcance: corpo ou espírito, bem ou mal, belo ou feio, nada é vetado ao conhecimento da inteligência, também do deficiente físico, que aliás, muitas vezes, como que por uma compensação natural, é dotado de uma perspicácia e penetração não comuns.

É finalmente pela racionalidade que a pessoa humana possui **vontade, liberdade, amor e criatividade.** Pela racionalidade o homem, a diferença de todos os outros seres, pode librar-se acima do mundo material e sensível e ansiar por bens espirituais, como a verdade, a bondade, a virtude, etc. É pela inteligência que o mundo do eterno e infinito abre-se aos seus anelos. É pela inteligência que o homem pode, em suas aspirações, quebrar as correntes do egoísmo, renunciar aos próprios interesses e elevar-se a sentimentos superiores, tais como o amor desinteressado, o sacrifício, o heroísmo — sentimentos de que o animal não é capaz. Estes mesmos sentimentos estão presentes também no deficiente físico e às vezes mais intensamente do que nos homens normais.

b) Do fato de serem os deficientes físicos pessoas humanas, em nada inferiores aos outros, segue-se como

corolário deles gozarem de todos os direitos humanos, inerentes à pessoa humana como tal. A Declaração sobre os Direitos das Pessoas Deficientes proclama, de fato, no nº 3, que “as pessoas inválidas têm o direito ao respeito pela sua dignidade humana. As pessoas inválidas — quaisquer que sejam a origem, a natureza e a profundidade de sua deficiência e invalidez — têm os mesmos direitos fundamentais que os seus concidadãos da mesma idade, e que implica em primeiro lugar o direito a viverem uma vida decente tão normal e plena quanto possível”.

c) Sob este aspecto, que é o primeiro e fundamental, de ser o deficiente físico pessoa humana como todos os outros e de gozar os mesmos direitos, voltamos a repetir que ele não representa nenhuma exceção e, portanto, a denominação de excepcional é imprópria, muito embora reconheçamos que para alguns é menos chocante da denominação de deficiente físico.

2) Há também outra razão de chamar-se o deficiente físico de excepcional. Porque embora pessoa humana como todos os outros e com direitos iguais, **se encontra numa situação especial:** de sofrimento, de impotência, de humilhação, ou porque carece de algum sentido, ou porque lhe falta algum membro ou porque algum órgão não funciona normalmente. Mas cuidado: bem longe, por isso, de ser desconsiderado, encostado, marginalizado, ele é merecedor de uma atenção especial: sob um ponto de vista meramente humano, antes de tudo, e, sobretudo, sob um ponto de vista cristão.



a) **Sob um ponto de vista meramente humano.** Ele é pessoa como acabamos de insistir, se sente pessoa humana e aspira intensamente como todos nós a realizar-se como pessoa humana: isto é, executar as tarefas comuns aos seus semelhantes; exercer uma profissão que o torne útil a si e aos outros, ter as alegrias e felicidades às quais todos aspiram. Tudo isso é presente nele como em nós todos: mas diante dele tremendos obstáculos se levantam para realizar estas aspirações; daí o sofrimento, o desânimo, o desespero e até a tentação do suicídio. Será que diante desta situação de um irmão, qualquer homem normal não se sinta tocado, estimulado, não somente a consolar com belas palavras, mas a fazer alguma coisa de concreto para que esse seu irmão — quanto possível — se reabilite, demolindo as barreiras, oferecendo oportunidades? E não se tornaria anormal, excepcional, moralmente monstruoso aquele que ficasse insensível, inoperoso, displicente em atender — na medida do possível — ao apelo do deficiente?

b) **Sob um ponto de vista cristão** esta atenção especial aos assim chamados excepcionais torna-se mesmo imperativa, categórica, irrecusável. Cristão é aquele que quer seguir o exemplo e o ensino de Cristo. Ora, se Cristo amou e ajudou sem exceção a todos aqueles que recorriam a Ele com humildade e fé, houve uma categoria de pessoas que Ele amou com predileção e à qual dedicou particular atenção e cuidados: os marginais da sociedade, as prostitutas, os pescadores, os pobres, os deficientes. Não devemos julgar o fato com a nossa mentalidade, já

imbuída de conceitos cristãos. Devemos nos reportar àqueles tempos em que os pobres, os escravos, as mulheres, as crianças, os deficientes não contavam nada, antes eram desprezados. Pela primeira vez na história, todas essas criaturas começaram a ser consideradas e tratadas como pessoas. E isso não por uma condescendência benévola que dá além do direito, mas em virtude do reconhecimento explícito de que todos os homens são iguais diante de Deus e, portanto, têm os mesmos direitos fundamentais.

3) Voltando à descrição da pessoa humana, que chamamos de excepcional, é natural que encontrando-se na situação particular, que acabamos de descrever, se forme nela uma **psicologia particular**. Isto é, estados de alma, sentimentos, desejos, tendências diferentes habitualmente — se não em todo, pelo menos em parte — daquelas das pessoas normais. Confessamos, que podemos, sim, imaginar algo do mundo interior do chamado excepcional, mas que nos sentimos incapazes de retratá-lo. Tanto mais que ele varia segundo as diversas categorias de excepcionais e no mesmo excepcional segundo o momento e as circunstâncias. Pelos testemunhos que temos, na maioria dos casos, este mundo é bem longe de ser sereno e alegre; quase sempre é sombrio e triste; a não ser que intervenham fatores extrínsecos especiais para modificá-lo, como seria: um profundo espírito de fé, um ambiente afetuosamente acolhedor e atencioso e sobretudo o conseguimento e o sucesso em alguma profissão ou atividade que dê ao excepcional a consciência e garantia de que, ape-



sar de sua deficiência, consegue realizar-se, como e até melhor do que as outras pessoas.

## O relacionamento com o deficiente físico

Posta esta tentativa de descrição do excepcional, que já nos encaminha para um posicionamento correto diante dele, podemos tentar indicar as atitudes, os sentimentos que devem inspirar e animar aqueles que ou por espontânea dedicação ou por profissão ou simplesmente por convivência familiar, escolar, de trabalho, estão lidando com eles.

Aqui tomo a liberdade de fazer recurso a um cientista contemporâneo, o líder da corrente humanista da psicologia contemporânea, Carl Rogers, bem conhecido nos ambientes acadêmicos dos EEUU e da Europa e também do Brasil, onde ministrou diversos cursos e muitas de suas obras foram traduzidas em português. Ele se ocupa com psicoterapia: mas suas observações podem ser igualmente aplicadas aos que tratam com deficientes físicos.

Eis como ele resumia para a Revista **Veja** (07.01.77) as condições de um eficaz relacionamento do terapeuta com o cliente: "O crescimento e a mudança construtiva da personalidade surgem somente quando o cliente percebe e experimenta um certo clima psicológico na relação. As condições que constituem esse clima não consistem de conhecimento, treinamento intelectual, orientação de alguma escola de pensamento ou técnicas. Elas são sen-

timentos e atitudes que precisam ser experimentados pelo assistente psicológico e percebidos pelo cliente, para se tornarem efetivos. Essas condições, eu as limitei como sendo essencialmente — uma compreensão empática dos sentimentos do cliente e dos significados da pessoa; uma aceitação calorosa e incondicional da pessoa do cliente e uma autenticidade, sinceridade e congruência da parte do terapeuta".

Portanto, resumindo, eis as atitudes básicas do relacionamento profissional entre terapeuta (médico, psicólogo, assistente social, educador, etc.) e cliente: que são também as atitudes que deveriam caracterizar todo relacionamento humano.

- 1) Compreensão empática
- 2) Aceitação calorosa do outro
- 3) Total disponibilidade por ele

Começemos brevemente pela última atitude citada: **total disponibilidade**. Ela somente é possível quando nos desprendemos de nós mesmos, não medimos o tempo, não ligamos ao descanso e colocamos a ajuda ao outro antes de qualquer nosso interesse, sobretudo se fútil, egoístico, falso. Naturalmente dentro dos limites da possibilidade e segundo a tarefa imposta a cada um.

**Aceitação calorosa do outro.** Aceitá-lo como é, globalmente, como valor, segundo o que explicamos acima. Aceitá-lo com suas deficiências, falhas, defeitos. Homem ou mulher, simpático ou antipático, bom ou ruim. Sim, porque ninguém é totalmente antipático, ninguém é totalmente ruim; se somos guiados pelo amor descobriremos os aspec-



tos atraentes, positivos da pessoa humana com que tratamos. E isso nos ajudará a esquecer os aspectos repelentes e negativos.

E, finalmente, a terceira condição, que nós consideramos da maior importância para o nosso assunto: **uma compreensão empática do outro**: o esforço para identificar-se com ele, viver suas experiências e sentimentos, não simplesmente conhecer. Sobre esta compreensão empática, Rogers escreveu páginas e capítulos inteiros. Veja-se como um outro americano, filósofo, embora de mais modesta projeção, nos explica esta atitude, na qual ele vê a substância da nossa ética inter-pessoal. "Habitualmente nós estamos ocupados e preocupados conosco mesmos, tendo consciência apenas externa da presença dos outros, vendo-os como se fossem coisas e sem atingir a percepção de seus mundos íntimos e particulares de experiência pessoal; pelo contrário é necessário termos uma visão mais penetrante da intimidade dos outros, que supere certa cegueira que temos em relação aos seres humanos e nos capacite a dar-nos conta da existência dos outros de uma forma completamente diferente, daquela pela qual nos damos conta da nossa própria existência" (W. K. Frankena, *Ética*, Rio de Janeiro, Zahar, 1969, p. 78).

Um resumo do que acabamos de dizer, com alguma elucidação preciosa, encontra-se no citado Documento da Santa Sé, por ocasião do ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES e que peço licença para citar: "Numerosas pessoas, associações e instituições dedicam-se hoje por profissão, mui-

tas vezes por autêntica vocação humanitária e religiosa, à assistência aos deficientes. Em não poucos casos estes últimos mostraram preferir pessoal e educadores voluntários, porque notam neles um sentimento particular de gratuidade e de solidariedade. Esta observação faz ressaltar como a competência técnico-profissional, se é evidentemente necessária e deve mesmo ser em todos os modos cultivada e enriquecida, sozinha contudo não é todavia suficiente. É necessário unir à alta competência, rica sensibilidade humana. Aqueles que louvavelmente se dedicam ao serviço das pessoas deficientes devem conhecer com inteligência científica as deficiências, mas devem, ao mesmo tempo, compreender com o coração a pesosa portadora de deficiências. E s s e s mesmos devem aprender a tornar-se sensíveis aos sinais próprios de expressão e de comunicação das pessoas deficientes, devem adquirir a arte de fazer o gesto e de dizer a palavra conveniente, devem saber apreciar com serenidade possíveis reações ou formas emotivas e aprender a dialogar com os pais e os familiares das pessoas deficientes. Esta competência não se tornará plenamente humana se não for interiormente sustentada por disposições morais e espirituais apropriadas, feitas de atenção, sensibilidade e respeito particular por tudo quanto no ser humano é fonte de fraqueza e dependência. O cuidado e a assistência às pessoas deficientes torna-se então — também para os pais, educadores e pessoal de serviço — uma escola: escola responsabilizadora, nobre e elevada, de autêntica humanidade" (Cf. SEDOC, vol. 13, p. 1210).



O mesmo Documento, poucas linhas antes, contém uma advertência que achamos da maior importância: "O deficiente, por outro lado, deverá ser solicitado a não reduzir-se a ser apenas sujeito de direitos, habituado a gozar dos cuidados e da solidariedade dos outros, em atitude de mera passividade. Não é somente aquele a quem se dá; deve ser ajudado a se tornar aquele que dá, e na medida de todas as possibilidades próprias. Momento importante e decisivo na formação será atingido quando ele formar consciência de sua dignidade e dos seus valores e se der conta de que alguma coisa se espera de si e que também pode e deve contribuir para o progresso e bem de sua família e da comunidade. Deve ter de si mesmo uma idéia positiva, fazendo-se reconhecer como pessoa capaz de suportar responsabilidades, capaz de querer colaborar" (Cf. SEDOC, vol. 13, p. 1210).

## Conclusão

Tudo isso é fácil dizer-se, mas difícil de praticar-se. São todavia essas atitudes que, sem habitualmente aumentar nosso trabalho material, garantem-lhe o sucesso e resultados. Isto é, fazer o nosso relacionamento com o excepcional se torne transformador e criativo no sentido de promover a expansão e maturação de todas as suas potencialidades.

Afinal, as atitudes humanitárias acima enunciadas podem resumir-se numa palavra: amor. Realizar o trabalho de reabilitação com amor. Ora é pelo amor que se constrói a pessoa de qualquer um, quer excepcional, quer normal.

Seja-me lícito concluir com um trecho de meu modesto ensaio sobre "Humanismos e Anti-humanismos" (Petrópolis, Vozes, 6ª edição, 1981, p. 18).

É o amor em certo sentido, que cria a pessoa, isto é, que a desperta para seu valor e a dinamiza para sua realização. Isso vale antes de tudo para quem ama. O homem, pelas suas faculdades espirituais, é essencialmente abertura, comunicação, dom de si. É, portanto, só amando que ele se realiza como homem e é homem na medida em que ama. Vale sobretudo para quem é amado. Se é verdade que a pessoa tem sempre consciência de si como valor, só quando se sente amada de amor pessoal é que toma conhecimento experimental do seu valor, porque só então sente ser, valer algo para alguém.

Se isso vale para todos, vale particularmente para os marcados pelo sofrimento e pelas mutilações físicas e mentais. A eles sobretudo façamos este dom: o amor, cientes que todo amor e dedicação para os sofredores e marginalizados são considerados por Cristo como dirigidos à sua própria pessoa (Mt 25/31:46).



# ÍNDICE ALFABÉTICO

## POR AUTOR

CONVERGÊNCIA, ANO DE 1981

*Este índice foi feito seguindo este critério: AUTOR. E abrange apenas o ano de 1981. O primeiro algarismo representa o número da revista. E o segundo, indica a página.*

**Ir. Yolanda Nascimento, MJC**  
Rio de Janeiro, RJ

|                                                                                                                                                   |         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| ALVAREZ GOMEZ, Pe. Jesus, CMF — A Vida Religiosa como resposta às necessidades da Igreja em cada circunstância histórica .....                    | 147/530 |
| ANTONIAZZI, Pe. Alberto — Deus, rico em misericórdia .....                                                                                        | 145/408 |
| ARRUPE, Pe. Pedro, SJ — Sobre a análise marxista .....                                                                                            | 143/295 |
| AZEVEDO, Pe. Marcello de Carvalho, SJ — Eucaristia, responsabilidade e partilha .....                                                             | 147/523 |
| — A formação para a oração pessoal e comunitária .....                                                                                            | 144/343 |
| — A Igreja mudou. Em que e por quê .....                                                                                                          | 142/205 |
| — Três grandes desafios para a Igreja que mudou .....                                                                                             | 143/281 |
| — Vocações: impasse ou desafio? .....                                                                                                             | 148/590 |
| BAGGIO, Fr. Hugo D., OFM — Relações entre jovens e adultos na Vida Religiosa .....                                                                | 145/395 |
| BASTERRECHEA, Ir. José Paulo, FSC — Escolas católicas e as vocações. (Depoimento sobre o II Congresso Internacional de Pastoral Vocacional) ..... | 146/507 |
| BETTENCOURT, Dom Estêvão Tavares, OSB — Espiritualidade pascal e Vida Religiosa .....                                                             | 141/136 |
| BOFF, Fr. Leonardo, OFM — Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação .....                                                            | 145/430 |
| BOFF, Fr. Leonardo, OFM. BOFF, Fr. Clodovis, OSM — Povo, Comunidade Eclesial de Base, libertação .....                                            | 148/78  |



|                                                                                                                                                                                                                                      |         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| CANTO, Ir. Beatriz F. do, — Núcleos diocesanos, S.P. (Informe da CRB)                                                                                                                                                                | 146/461 |
| CARVALHO, Ir. Dirce, FSP — Cristo, a Boa-Nova para oprimidos e opressores .....                                                                                                                                                      | 140/84  |
| CNBB — Comunicado da Presidência e da Comissão episcopal de Pastoral da CNBB sobre conflitos de terra (Informe da CRB) .....                                                                                                         | 148/587 |
| — Congresso Internacional de Pastoral Vocacional (Relatório) ....                                                                                                                                                                    | 146/503 |
| — Moção de desagravo aos Salesianos. Doc. da XVIII Assembléia Geral da CNBB — (Informe da CRB) .....                                                                                                                                 | 143/266 |
| — Reflexão cristã sobre a conjuntura política (Informe da CRB) ...                                                                                                                                                                   | 148/581 |
| CNBB/CRB — Anexo 1 — Conclusões do grupo de trabalho constituído para estudo do documento "Normas Diretivas para a colaboração das Igrejas Particulares entre si e especialmente para a melhor distribuição do clero no mundo" ..... | 145/418 |
| Anexo 2 — Comentários ao levantamento das Igrejas de "Regiões Missionárias" .....                                                                                                                                                    | 145/422 |
| — Reunião conjunta da Presidência da CNBB e Diretoria Nacional da CRB, 1980 (Informe da CRB) .....                                                                                                                                   | 141/131 |
| — Reunião da Presidência da CNBB com a Diretoria Nacional da CRB, 1981 (Informe da CRB) .....                                                                                                                                        | 145/389 |
| — Sobre o documento "Normas Diretivas para a colaboração das Igrejas particulares entre si e especialmente para a melhor distribuição do clero no mundo" (Informe da CRB) .....                                                      | 148/580 |
| COELHO, Pe. Ildeu Pinto, CM — Atualidade de São Vicente de Paulo                                                                                                                                                                     | 146/487 |
| COMINA — Moções da IX Assembléia do COMINA (Informe da CRB)                                                                                                                                                                          | 144/323 |
| CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS E RELIGIOSAS DO CHILE. EQUIPE DE ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA — Discernimento vocacional/I ..                                                                                                                   | 141/168 |
| — Discernimento vocacional/II .....                                                                                                                                                                                                  | 142/238 |
| COSTA, Prof. Francisco Chagas da, Um apelo: Ponta das Pedras, Marajó, PA (Informe da CRB) .....                                                                                                                                      | 140/77  |
| COSTA, Ir. Zélia Maria V. da, MJC — Experiência da Comunidade de Tucunduva, RS. (Comunicação de experiências) .....                                                                                                                  | 139/63  |
| CRB — Ano centenário: 1880-1980. Filhas de Nossa Senhora da Misericórdia (Informe da CRB) .....                                                                                                                                      | 139/20  |
| — Curso de Psicologia e Moral. Mendes RJ, 1981 (Informe da CRB)                                                                                                                                                                      | 144/323 |
| — Curso para orientadores de retiro (Informe da CRB) .....                                                                                                                                                                           | 147/515 |
| — Curso Rueda, 1980 (Informe da CRB) .....                                                                                                                                                                                           | 139/16  |
| — XI Encontro Nacional das Superiores Gerais Brasileiras (Informe da CRB) .....                                                                                                                                                      | 148/579 |
| — Encontro da Diretoria e Executivo Nacionais com os Presidentes e Secretários Executivos Regionais (Informe da CRB) .....                                                                                                           | 140/75  |
| — Grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais — Avaliação do Curso (Informe da CRB) .....                                                                                                                                           | 145/393 |
| — Psicologia e Moral (Avaliação do Curso) .....                                                                                                                                                                                      | 145/444 |
| — As Religiosas do Sagrado Coração de Maria (Informe da CRB)                                                                                                                                                                         | 139/18  |



|                                                                                                                                                                         |         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| CRB/BELÉM — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB) .....                                                                                                            | 139/4   |
| CRB/BELO HORIZONTE — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB)                                                                                                         | 139/4   |
| — Comunidades inseridas em meios populares. Prioridade do triênio 81/83. (Informe da CRB) .....                                                                         | 146/455 |
| — Esperança de sangue novo vivida e anunciada pelo Postulinter. Um passo a mais (Novinter). Os jovens e a formação: JUNINTER. Um alô aos formadores (Informe CRB) ..... | 146/453 |
| — "O que é CRB? O que ela faz? Desde quando existe? Para que? etc." (Informe da CRB) .....                                                                              | 146/451 |
| CRB/BRASILIA — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB) .....                                                                                                         | 139/5   |
| CRB/CAMPO GRANDE — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB)                                                                                                           | 139/6   |
| CRB/CERNE — Caminhada da formação permanente (Informe da CRB)                                                                                                           | 140/76  |
| CRB/CURITIBA — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB) .....                                                                                                         | 139/7   |
| CRB/FLORIANÓPOLIS — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB)                                                                                                          | 139/7   |
| CRB/FORTALEZA — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB) ...                                                                                                          | 139/10  |
| — Encontro dos Bispos com os Provinciais (Informe da CRB) ....                                                                                                          | 146/456 |
| — Religiosas participam da Semana das Comunicações — (Informe da CRB) .....                                                                                             | 146/459 |
| — Reunião dos promotores vocacionais (Informe da CRB) .....                                                                                                             | 146/458 |
| CRB/GOIÂNIA — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB) .....                                                                                                          | 139/11  |
| CRB/GTS — II Encontro de Diretoras e Professoras de Escolas de Enfermagem — Rio de Janeiro, 1981 (Informe da CRB) .....                                                 | 145/387 |
| CRB/MANAUAS — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB) .....                                                                                                          | 140/67  |
| — CRB/Manaus informa sua atuação na saúde (Informe da CRB)                                                                                                              | 142/195 |
| CRB/PORTO ALEGRE — Assembléia Regional 1980 (Informe da CRB)                                                                                                            | 140/69  |
| CRB/RECIFE — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB) .....                                                                                                           | 140/70  |
| CRB/RIO DE JANEIRO — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB)                                                                                                         | 140/71  |
| CRB/SALVADOR — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB) ....                                                                                                          | 140/72  |
| — Seminário de aprofundamento das Irmãs que atuam diretamente nas Paróquias. Fatos significativos do mês (Informe da CRB)                                               | 146/460 |
| CRB/SÃO LUÍS — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB) ....                                                                                                          | 140/74  |
| CRB/SÃO PAULO — Assembléia Regional, 1980 (Informe da CRB) ....                                                                                                         | 140/73  |
| CUSTÓDIO FILHO, Pe. Spencer, SJ — Experiência de Deus na Vida Religiosa hoje .....                                                                                      | 146/465 |
| DALLE NOGARE, Pe. Pedro, SJ — O deficiente físico também é nosso irmão .....                                                                                            | 148/628 |
| FAVERO, Ir. Rosália — Experiência de Vida Religiosa inserida em meios populares. (Comunicação de experiências) .....                                                    | 139/60  |
| GONÇALVES, Ir. Marília — II Encontro Regional de Cernistas, Lages, SC, 1981 (Informe da CRB) .....                                                                      | 142/196 |



|                                                                                                                                                          |                    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| GONZALEZ BUELTA, Pe. Benjamin, SJ. — A inserção e suas tentações                                                                                         | 144/350            |
| GTS Nacional — O GTS Nacional atuando em favor da saúde (Informe da CRB) .....                                                                           | 142/195            |
| III Seminário de Saúde, 1980 (Informe da CRB) .....                                                                                                      | 139/14             |
| GUIMARÃES, Fr. Almir Ribeiro, OFM — A espiritualidade da Encarnação — Maria, mulher de fé .....                                                          | 141/147<br>142/197 |
| HELOU, Ibrahim, Dom — Veni, veni de Libano... (Depoimento sobre o II Congresso Internacional de Pastoral Vocacional) .....                               | 146/509            |
| HENNING, Pe. Erich Georg, B. — Diversidade na unidade da Vida Religiosa .....                                                                            | 139/44             |
| HERNANDEZ PICO, Juan — Monsenhor Romero: uma exigente conversão cristã .....                                                                             | 146/491            |
| INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL — Processo teológico e principais correntes teológicas .....                                                              | 144/360            |
| JOÃO PAULO II — A liberdade nasce da verdade de Cristo .....                                                                                             | 144/378            |
| KISCHELOSKI, Ir. Gabriela — 150 anos no empenho de fidelidade ao carisma de Teresa Verzeri (Informe da CRB) .....                                        | 143/259            |
| LEERS, Fr. Bernardino, OFM — A formação de religiosos em época de crise .....                                                                            | 147/548            |
| LEPARGNEUR, Pe. Hubert, MI — Quem é responsável pela saúde da nação .....                                                                                | 140/90             |
| LIBÂNIO, Pe. João Batista, SJ — Tensão entre vida pessoal e comunitária .....                                                                            | 147/559            |
| — A Vida Religiosa no limiar do ano 2000 (Primeira parte) ....                                                                                           | 148/603            |
| — A visita do Papa. Alguns eixos importantes de interpretação                                                                                            | 141/155            |
| MATURA, Fr. Thaddée, OFM — Qual será a Vida Religiosa de amanhã?                                                                                         | 141/184            |
| MELO, Pe. José Belmiro de, SVD — A dimensão missionária na formação e na vivência da Vida Religiosa .....                                                | 144/325            |
| — Experiência de Deus na formação e na vivência da Vida Religiosa .....                                                                                  | 139/32             |
| MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO — Síntese do conteúdo da formação inicial. São Paulo, SP (Comunicação de experiências) ..                              | 143/309            |
| MISSIONÁRIAS DE JESUS NA SSMA. EUCARISTIA — Projeto integrado de prestação de serviços de saúde. Norte de Minas, MG. (Comunicação de experiências) ..... | 140/122            |
| PALÚ, Pe. Lauro, CM — Evangelização, missão do religioso na Escola                                                                                       | 148/617            |
| PANINI, Ir. Joaquim, FMS — Passos metodológicos para elaboração e vivência do Projeto Comunitário .....                                                  | 139/50             |
| — O Projeto Comunitário como prática de fidelidade à Província, à Congregação e à Igreja .....                                                           | 140/103            |
| PEREIRA, Ir. Rosa de Lima — Pastoral vocacional (Informe da CRB)                                                                                         | 146/453            |



|                                                                                                                                                        |         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| PIETROGRANDE, Pe. Humberto, SJ — Centro Comunitário de Saúde do MEPES (Comunicação de experiências) .....                                              | 140/119 |
| PIRÔNIO, Cardeal Eduardo — Tempos de esperança .....                                                                                                   | 139/22  |
| ROCHA, Ir. Ana, FC — Promoção humana Banco da Providência Pe. Guilherme. Campinas Verde, MG. (Comunicação de experiências)                             | 140/125 |
| ROMERO, Mons. Oscar A. — A dimensão da fé a partir da opção .....                                                                                      | 146/499 |
| ROSA, Dom Onofre Cândido, SDB — Pedido de Religiosos, Religiosas, Leigos (Informe da CRB) .....                                                        | 146/451 |
| SCHMIDT, Ir. Conceição A. — I Encontro de Cetepistas Mineiros (Informe da CRB) .....                                                                   | 139/12  |
| SEANO, Pe. Renato — Dom Orione, Bem-aventurado (Informe da CRB)                                                                                        | 139/18  |
| SILVA, Ir. Patrícia, FSP — Família Paulina, 50 anos no Brasil .....                                                                                    | 143/302 |
| SILVA, Ir. Vilma Moreira da, FI — Formação para a vida comunitária hoje .....                                                                          | 143/268 |
| SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TOULOUSE, Mensagem .....                                                                                                     | 147/519 |
| SOARES, Pe. Raimundo José — Comentários em torno do número 8 do texto. ("Processo Teológico e principais correntes teológicas")                        | 144/370 |
| SULLIVAN, Pe. Jaime, OMI — O carisma dos Fundadores .....                                                                                              | 146/474 |
| — Formação, processo integral e integrador do desenvolvimento pessoal .....                                                                            | 142/216 |
| URBAN, Ir. Maria de Lourdes — Encontro de Cetepistas, Rio Grande do Sul (Informe da CRB) .....                                                         | 139/13  |
| VIGANÓ, Dom Egídio, SDB — O Tribunal Russell e os Salesianos. Carta do Reitor-Mor dos Salesianos. Informações e esclarecimentos (Informe da CRB) ..... | 143/262 |
| VELEDA, Ir. Maria — Dia dos Vocacionados (Informe da CRB) .....                                                                                        | 146/458 |



# LENDO O ÍNDICE

## ALFABÉTICO

A **Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)** tem por finalidade **PROMOVER** e **ANIMAR** a Vida Religiosa no Brasil e **COORDENAR** as atividades que visem este objetivo estatutário. Sistemáticamente se organizou em função deste programa, realizando uma série de projetos, nacionais e regionais, com o intuito de atingir os 50.000 religiosos e religiosas que vivem e trabalham na Igreja no Brasil. Hoje, os caminhos da Vida Religiosa passam, num largo trecho, pelo espaço da CRB. E a CRB é, cada vez mais, ponto de apoio na definição destes caminhos.

**CONVERGÊNCIA** desempenha o papel de multiplicador, fazendo circular parte desta riqueza gerada e armazenada pelos religiosos. Examine este **Índice**. São dezenas de Congregações presentes nos colaboradores, religiosos presbíteros e não presbíteros, religiosos homens e mulheres, jovens e adultos. Se há impasse, o primeiro passo para sair dele é ir ao encontro. Convergir. Ter o hábito salutar de falar claro e a coragem de ouvir com naturalidade. O **SER** da Vida Religiosa e do religioso tem preeminência absoluta nas páginas de Convergência. A título de exemplo, o tema vida religiosa está presente em sua **história**, seus **elementos**: Eucaristia, oração pessoal e comunitária, vida fraterna, vocações, formação, experiência de Deus, comunidade, fundadores, espiritualidade, etc. Temas do tomo dos que exemplifiquei estão corretamente equacionados em centenas de páginas.

Dentro das ambigüidades, interrogações, dificuldades e até alarmismo, **CONVERGÊNCIA** é um exercício mensal de esperança nas quadras incertas, às vezes amargas, sempre promissoras para uma vida religiosa que se renova. São informes, notícias, livros novos, experiências. **Artigos** originais. **Reflexões** de valor permanente. **Enfoques** novos da Teologia relativos à vida religiosa. **Idéias** que são vetores de convergência de todo esforço produzido pelo desejo de ser mais o que se é.

**CONVERGÊNCIA** quer se pautar pela serenidade (inclusive verbal), ponderação e lealdade aos ideais da vida religiosa. A indecisão é o grande mal da vida humana. A troca do faz-de-conta pelo tanto-faz. Convergência ajuda Você a decidir-se com fulcro na permanência do que ultrapassa as dimensões do tempo. Ensina a navegar com agilidade e prudência em todas as águas. Convergência não difunde ficção religiosa. Leva esperança onde, sem ela, são possíveis desilusões.

Em cada mês, **CONVERGÊNCIA** em suas mãos, quer ser a claridade do amanhã no retângulo de sua janela.

**Pe. Marcos de Lima, SDB**  
Redator-Responsável  
Convergência e Publicações CRB



NOVA EDIÇÃO

**OS RELIGIOSOS:  
VOCAÇÃO E MISSÃO.  
UM ENFOQUE  
EXIGENTE E ATUAL**

PE. MARCELLO DE CARVALHO AZEVEDO, SJ  
Ex-Presidente da CRB Nacional

**Terceira edição ampliada e melhorada.**

A partir de fevereiro de 1982, Você encontra na CRB Nacional ou na sede de sua CRB Regional. Adquira logo o seu exemplar. A **Conferência dos Religiosos do Brasil**, ao lançar esta terceira edição de OS RELIGIOSOS: VOCAÇÃO E MISSÃO. UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL, do Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ, reafirma sua convicção de que só o essencial da Vida Religiosa — a prioridade absoluta de Deus e a conseqüente relativização de tudo o mais — é capaz de a todos congregar e de forma duradoura. Pisar, sem receio, neste terreno de saudável consistência, é um banho de imersão na esperança.